



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
1
2

2ª Reunião do Comitê de Integração de Políticas Ambientais.

Brasília/DF.
14 de novembro de 2012.
(Transcrição ipsis verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

46 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Bom dia a todos. É um prazer
47 recebê-los, sejam bem vindos os membros do CIPAM. Peço desculpas inicialmente
48 pela ausência do Secretário Executivo, Doutor Gaetani, está numa agenda da Copa
49 urgente em relação à sustentabilidade da Copa no Ministério do Esporte e
50 provavelmente ele apareça no decorrer dessa reunião. Mas vamos tentar preencher a
51 nossa pauta, enquanto isso não acontece. Eu queria primeiramente pedir aos
52 membros do CIPAM para que todos façam interação com os ouvintes e assessores do
53 Conama, que nós apresentássemos e depois passaríamos a apresentação para as
54 pessoas que estão acompanhando a reunião. Raimundo Deudará Filho, sou diretor de
55 gestão estratégica do Ministério do Meio Ambiente, sou membro titular do Conselho
56 Nacional do Meio Ambiente.

57

58

59 **A SR^a. VANESSA ARDUINA LIMA (ANAMMA Nacional)** – Vanessa, representando
60 a ANAMMA Nacional.

61

62

63 **O SR. PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA (Governo do Estado do**
64 **Ceará)**– Paulo Henrique Lustosa, do Conselho de Políticas e Gestão do Meio
65 Ambiente do Estado do Ceará, representando a Abema.

66

67

68 **O SR. VINICIUS LADEIRA MARQUES DE SOUSA (CNT)** – Vinícius Ladeira. Sou 2º
69 suplente do CIPAM, e 1º suplente no Conama. Estou como Conselheiro que
70 representa a CNT.

71

72

73 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (Associação SOS Amazônia)** – Miguel Scarcello. Bom
74 dia. Representando as entidades ambientalistas com assento no Conama.

75

76

77 **O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (Ponto Terra)** – Ronaldo Vasconcelos.
78 Entidades ambientalistas do Conama, região sudeste, Ponto terra Belo Horizonte.

79

80

81 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Bom dia. Roberto
82 Lorena, Ministério da Agricultura, ocupando a cadeira de representante do Governo
83 Federal como titular no CIPAM.

84

85

86 **O SR. ROBSON JOSE CALIXTO DE LIMA (DConama/MMA)** – Robson José Calixto,
87 Ministério do Meio Ambiente, DConama.

88

89

90 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama/MMA)** – Bom dia.
91 Adriana Mandarino, diretora do Departamento de apoio ao Conama.

92

93

94 **A SR^a. CLARISSE ELIZABETH FONSECA CRUZ (DConama/MMA)** – Bom dia.
95 Clarisse, DConama.

96

97

98A SRª. SABRINA ANDRADE (Gerência de Resíduos Perigosos) – Bom dia. Sabrina Andrade, eu estou aqui representando a Gerência de Resíduos Perigosos, substituta da Zilda Veloso.

101

102

103O SR. LUIZ FERNANDO (Gerência de Resíduos Perigosos/MMA) – Bom dia. Luiz Fernando. Gerente de Resíduos Perigosos, do Ministério do Meio Ambiente.

105

106

107O SR. ADRIANO GERIN RIBEIRO (DConama/MMA) – Bom dia. Adriano, Departamento de Apoio ao Conama.

109

110

111A SRª. MAÍRA LUÍSA MILANI DE LIMA (DConama/MMA) – Maíra, DConama.

112

113

114A SRª. JAZETTE RENATA G. WECKEVERTH (DConama/MMA) – Jazette Renata, DConama.

116

117

118O SR. ANDERSON BARRETO ARRUDA (DConama/MMA) – Anderson, Departamento de Apoio ao Conama.

120

121

122O SR. ANDRÉ LIMA (Instituto o Direito por um Planeta Verde) – André Lima, pelo Instituto o Direito por um Planeta Verde. Membro do Conama.

124

125

126O SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DConama/MMA) – João Luiz, chefe de divisão da Área Técnica do Departamento de Apoio ao Conama.

128

129

130A SRª. DENISE ALHO (Petrobrás) – Denise Alho, Petrobrás.

131

132

133O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA) – Obrigado. Sejam bem vindos todos novamente. Vamos dar início à reunião. Passar a palavra para a Adriana que fará o relato geral da pauta, que encontra-se ali também no...

136

137

138A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama/MMA) – O primeiro processo é um juízo de admissibilidade e pertinência que o CIPAM passou a fazer, com o Regimento, já estamos aí com praticamente um ano de Regimento novo e essa é uma matéria que entra na pauta, já conta com pareceres tanto do Ministério quanto das suas vinculadas. Nós fazemos essa primeira avaliação e em seguida ele entra na Câmara Técnica, se houver conformidade com o CIPAM. Eu aproveito para falar do Regimento, um breve comentário, Deusdará. Depois de um ano de funcionamento nós como executores e operadores do Regimento, estamos percebendo uma série de

146pequenas coisas que necessitariam de um ajuste. Então o Anderson é o nosso ponto
147focal para isso, eu pediria aos senhores que na medida em que encontrem pequenas
148coisas que com o cotidiano nós vamos percebendo que não está funcionando, que
149nos encaminhe via e-mail porque no momento em que nós reunirmos um conjunto de
150elementos, nós vamos propor um alteração pontual e significativa naquilo que já
151percebemos que não condiz com a nossa prática. E ao invés de acelerar está
152retardando procedimentos e etc. Para explicar um pouco sobre o assunto eu pediria à
153Vanessa... Sabrina, aliás. Desculpa. Que faça uma explicação sobre o tema.

154

155

156A **SR^a. SABRINA ANDRADE (Gerência de Resíduos Perigosos)** – Bem,
157primeiramente agradecer aqui a oportunidade de nós estarmos podendo esclarecer
158essa proposta de Resolução. Ela foi já elaborada por causa de um projeto de
159cooperação internacional que nós temos aqui no Ministério, com apoio do GEF e do
160PNUD. O PCB, *Bifenilas policlorada*, para quem não conhece, é um óleo isolante que
161foi usado em transformadores e capacitores, a principal aplicação dele, e foi proibido
162em 1981. Ele é um dos poluentes orgânicos persistentes que foi proibido pela
163Convenção de Estocolmo e o Brasil como signatário, ele tem obrigação de eliminar
164até 2025 e tem obrigação de fazer o inventário até 2015. Nós temos aqui no Brasil um
165passivo muito grande ainda desse óleo, nós ainda não temos um inventário também
166finalizado, nós só temos o inventário preliminar que nós conseguimos graças à
167parceria da ANEEL, e a legislação que nós temos hoje é insuficiente. Então, nós
168conseguimos por meio desse projeto, com uma consultoria especializada, uma
169advogada, fazer essa proposta de Resolução. Ela tem o objetivo de desde a parte de
170identificação, do gerenciamento e destinação. Então, nós queríamos orientar a todo
171mundo essa parte do gerenciamento e disposição. Também vale a pena lembrar que
172também está tramitando no Congresso um projeto de Lei, do Sarney filho, sobre esse
173assunto, mas ele é muito genérico, ele não vai no detalhamento que nós precisamos e
174ele está parado desde o ano passado sem nenhum trâmite. Então, eu acho que
175assim, eu não vou no detalhamento agora, a não era ser que vocês tenham alguma
176dúvida e queiram que eu detalhe alguma parte específica dela.

177

178

179O **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Só de encaminhamento, essa
180proposta de Resolução está sendo encaminhada com parecer favorável do Ibama e
181do Ministério do Meio Ambiente. Os dois participaram da construção do texto, colo ela
182colocou, atende aí disciplinarmente as Convenções Internacionais, no caso específico
183a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos, a POPs. Se vocês quiserem
184ter mais contato tecnicamente, o processo nosso aqui, salvo engano, é de fazer a
185admissibilidade ou não na proposta de Resolução. A equipe está à disposição, se
186houver alguma dúvida específica.

187

188

189A **SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama/MMA)** – Eventual
190impedimento de ordem constitucional, atribuição do Conama, que tecnicamente não
191nos pareceu, muito pelo contrário, e algum juízo de pertinência. Esse é um assunto
192que vai para a Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e lá vai se fazer uma
193avaliação se é necessário a criação de Grupo de Trabalho. Em princípio não. O
194retorno que nós temos técnico é que em princípio não há necessidade de formar um

195GT porque os aspectos técnicos mais específicos já estariam contemplados. Agora,
196essa é uma avaliação da própria Câmara.

197

198

199**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Algum comentário? Colega do |
200Ministério da Agricultura.

201

202

203**O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Em princípio nem nos
204cabe discutir o conteúdo da proposta de Resolução. Apenas se compete ao Ibama,
205que evidentemente que compete.

206

207

208**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama/MMA)** – Pois não
209deputado Ronaldo Vasconcelos.

210

211

212**O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (Ponto Terra)** – Queria pedir, eu sei
213também que tem não a ver tanto com a parte temática. Eu queria ter uma noção da
214dimensão, se você poderia passar para nós ali o projeto de Resolução. Sem entrar
215nos detalhes.

216

217

218**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Não tem problema. Passa uma geral
219para ter noção do tamanho, conteúdo, mérito, complexidade. Uma coisa rápida só
220para poder vermos por parte.

221

222

223**O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (Ponto Terra)** – Como diria um
224economista social lá da minha terra, ameaça.

225

226

227**A SR^a. SABRINA ANDRADE (Gerência de Resíduos Perigosos)** – Vou pegar aqui
228meu texto para nós irmos acompanhando. Então, ele começa com a parte dos
229considerados, o arcabouço legal, Convenção de Estocolmo, Convenção de Basiléia.
230Nas disposições gerais algumas definições que nós consideramos importantes do que
231é o PCB, quais são os principais equipamentos que podem estar contaminados, o que
232é considerado capacitor e contaminado com PCB, detentor de PCB. São as
233definições. Conceitos, exatamente. Aí no capítulo II nós entramos na parte do
234inventário e do cronograma de eliminação que é um ponto bastante crítico.

235

236

237**O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (Ponto Terra)** – Esse produto foi no
238passado muito usado na agricultura. Está totalmente proibido, isso não é mais
239problema na agricultura, mas todo o uso dele é na forma líquida ou existe forma
240sólida?

241

242

243**A SR^a. SABRINA ANDRADE (Gerência de Resíduos Perigosos)** – Seria o solo que
244pode estar contaminado.

245

246

247O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (Ponto Terra) – Não. Produto. Porque
248**ele ali na forma líquida evidentemente há um problema. Na forma sólida existe algum**
249**uso desse produto?**

250

251

252A SR^a. SABRINA ANDRADE (Gerência de Resíduos Perigosos) – Têm algumas
253**aplicações difusas que nós não temos todo o conhecimento, assim, não tem tanto**
254**conhecimento da dimensão, mas tinta, sabonetes, mas esse projeto que nós**
255**cuidamos especificamente, ele está cuidando só do setor elétrico e o setor elétrico é**
256**exclusivamente líquido mesmo, são os óleos. Seriam os óleos e aí as carcaças que**
257**foram contaminadas com ele, do transformador, mas aí seria dá da contaminação do**
258**óleo e dos produtos com esse óleo. Depois nós entramos no capítulo do inventário,**
259**que foi uma parte que nós ficamos muito preocupados, que no Projeto de Lei ele dá**
260**180 dias, que nós sabemos que é um prazo bastante inviável para o setor. Então, nós**
261**tentamos aqui fazer uma priorização de acordo com a periculosidade e com a**
262**viabilidade. E aí aqui mais para frente vamos tentar detalhar como seria o inventário,**
263**nome, localização, informação, os itens, a descrição e a priorização. Aí no capítulo III**
264**seria a parte do gerenciamento. Seriam algumas orientações de como ele tem que ser**
265**inspecionado, etiqueta, armazenado.**

266

267

268O SR. PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA (Governo do Estado do
269**Ceará)– A responsabilidade do inventário e do gerenciamento cabe a quem?**

270

271

272A SR^a. SABRINA ANDRADE (Gerência de Resíduos Perigosos) – Na verdade o
273**inventário ele cabe aos detentores e aí eles deveriam identificar, acionar aos órgãos**
274**estaduais de meio ambiente para fazer o inventário estadual e o Ibama consolidar o**
275**inventário Nacional. E aí no capítulo IV seria a parte de destinação final**
276**ambientalmente adequado e aí também nós fizemos uma priorização, que o prazo de**
277**eliminação é 2015, mas também nós tentamos priorizar escolas, prédios residenciais,**
278**unidades de saúde. Então, nós tentamos também fazer uma priorização de acordo**
279**com o risco. E aí no capítulo V, o final seriam as situações emergenciais. Que seria**
280**mais ou menos essa a estrutura da Resolução.**

281

282

283O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA) – Obrigado. Espero ter atendido a
284**solicitação do Conselheiro Ronaldo Vasconcelos e agradeço aos membros do CIPAM**
285**por conter o ímpeto de querer discutir a Resolução antes de ela chegar no momento**
286**adequado que ela deve ser discutida. (Risos!). Nosso Fórum de debate é na Câmara.**
287**Nós tivemos uma condução atípica aqui porque nós estamos com uma pauta limpa e**
288**é importante também que nós saibamos saiba o que estamos admitindo, que nós**
289**tenhamos noção da complexidade do conceito. É uma Resolução densa, para que já**
290**possa ir preparando para o debate na Câmara, nesse caso na Câmara de Qualidade**
291**Ambiental.**

292

293

294**O SR. PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA (Governo do Estado do**
295**Ceará)**– Eu queria só um comentário, mas não é para discutir a matéria, é mais
296sugestão mesmo. Considerando que tramita um Projeto de Lei no Congresso Nacional
297tratando da matéria, eu acho que era interessante ver no próprio processo, como
298recomendação para a Câmara Técnica que vai discutir que haja um diálogo com...

299

300

301**A SR^a. SABRINA ANDRADE (Gerência de Resíduos Perigosos)** – Está havendo.
302Nós temos um parecer que foi aprovado por unanimidade na Câmara também, foi até
303o nosso técnico Luiz Fernando que fez. Então, fazendo modificações no PL que nós
304podemos fazer é anexar esses pareceres e o Projeto de Lei...

305

306

307**O SR. PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA (Governo do Estado do**
308**Ceará)**– Para evitar que nós aprovemos uma Resolução no Conama e um ano depois
309o Congresso Nacional aprove um Projeto de Lei que em alguns pontos contradizem.

310

311

312**A SR^a. SABRINA ANDRADE (Gerência de Resíduos Perigosos)** – Ele está
313totalmente compatível, só um pouquinho mais detalhado.

314

315

316**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Isso é extremamente pertinente. O
317Conama às vezes recebe algumas críticas, às vezes até boa parte delas indevidas,
318que nós estamos legislando sem fazer essa conexão com o que está acontecendo no
319Congresso. À medida do possível essa interligação, essa comunicação aconteça, ela
320supera uma série de problema. Acho que nesse caso vocês estão se resguardando
321desse princípio. Não é isso?

322

323

324**A SR^a. SABRINA ANDRADE (Gerência de Resíduos Perigosos)** – Podemos
325colocar junto o parecer e o Projeto, mas ele está... A resolução está complementar ao
326Projeto de Lei.

327

328

329**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Perfeito. Mais alguma discussão
330sobre esse assunto específico? Ponto de pauta superado. Então, está considerada
331admissível a matéria e nós encaminhamos para a Câmara Técnica responsável.
332Segundo ponto de pauta.

333

334

335**O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (Ponto Terra)** – Deusdará. Sem
336querer intrometer, talvez fosse bom até para resguardar a sua posição que fosse
337colocado em votação.

338

339

340**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Pois não. Desculpa. Tudo bem, não
341tem problema. Em votação. Deputado posso fazer do jeito que vocês costumam
342fazer? Permaneçam como estão. Aprovado. (*Risos!*). Obrigado. Regimentalmente é

343importante. Então, eu considero que foi aprovado por todos. Obrigado. Segundo ponto
344de pauta é a agenda para o Conama em 2013. Adriana, por favor.

345

346

347**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama/MMA)** – Na
348reunião passada recebemos o alerta de que realmente o CIPAM tem que se pautar
349por aquelas competências que estão no Decreto e no nosso Regimento, e elas dizem
350respeito à agenda do Conama para o ano seguinte. Então, realmente o que nós
351pautamos aqui e gostaríamos de começar apresentando aos senhores são os
352processos que estão em andamento nas Câmaras do Conama e isso vai ser o foco da
353agenda do ano que vem. Então, nós temos uma relação que eu gostaria que ir
354distribuindo e passando, que são todos os assuntos que estão... Só um minutinho que
355é a Regina... Houve um momento em que nós tínhamos no Conama uma reclamação
356muito freqüente, que eram muitos assuntos que demoravam muito tramitando. Então,
357era o problema mais do site e mais de administrativo operacional. Quando houve uma
358mudança nas Câmaras Técnicas nós conseguimos fazer uma limpeza no site, porque
359efetivamente muitas coisas que constavam ali ou tinham sido arquivadas e rejeitadas
360já, ou eram matérias que o proponente tinha apresentado, mas depois por uma
361questão de mudança na legislação tinha sido, enfim, desistida, ou eram coisas que as
362próprias Câmaras foram tendo subsídios para arquivar na medida em que não era
363competência do Conama, ou tinha tido alguma modificação que aquela minuta não se
364adaptava mais. Então, gostaria de passar os assuntos e fazer um breve histórico de
365como está em cada Câmara Técnica, porque os senhores vão ver que algumas
366Câmaras não estão com o assunto ou estão com o assunto de alguma maneira
367empatado e isso faz com que elas não tenham pauta para se reunir. A Câmara de
368Biodiversidade avançou bastante ultimamente com a quarta matéria, que era o
369manejo de quirópteros. Ela entregou para a Câmara Jurídica, só que quando chegou
370nessa última CTAJ de uma semana, ou dez dias atrás, a compreensão jurídica sobre
371o tema é de que essa matéria acabou derivando não para um aspecto mais de manejo
372e mais ambiental, e sim para regulamentação de atividades profissionais, que é quem
373pode fazer tirar o morcego quando ele está na casa de uma pessoa e essa pessoa faz
374um chamado de emergência. Existe também uma preocupação com a norma Anvisa,
375que do entendimento da CTAJ não estava adequadamente contemplada o que é
376tarefa do Conama e o que é da Anvisa. Então, retornou para a Câmara de origem. A
377outra matéria. Estou indo de traz para frente, agora estou na terceira. É
378regulamentação da 417 que é de Restinga e especificamente ao Estado de São
379Paulo. São Paulo foi o único Estado que ficou de averiguar a sua situação, fazer um
380trabalho interno com as espécies, a exemplo do que aconteceu aqui Rio de Janeiro, só
381que Rio de Janeiro em termos de procedimento, de tramitação no Conama, já estava
382lá na plenária e na plenária nós conseguimos monitorar de uma maneira mais célere.
383A decisão da Câmara à época era conferir um prazo para São Paulo, que não ficou
384atribuído esse prazo. Então, o nós estamos fazendo é cobrando via ofício o Estado
385para que nos digam: “olha, como é que vocês estão? Vocês vão querer”. Porque eles
386podem arquivar a matéria no Conama na medida em que eles têm uma legislação
387própria sobre Restinga. Agora, é preciso que haja uma sinalização deles e isso nós
388estamos atrás. Depois, tutor de animal silvestre. Também é um assunto para o qual a
389Câmara está trabalhando bastante. A Câmara tem uma próxima reunião agora
390começo de dezembro, esse tutor para animal silvestre, só para situá-los, houve
391enorme resistência legal, do ponto de vista do Ibama porque entendia que da maneira
392como vinha sendo pautado nós estaríamos dando meio que a título de resolver o

393animal que está dentro de casa, nós estaríamos concedendo uma permissão para o
394trafego. Então tem o liame aí muito tênue e que agora a questão está mais pacificada
395no entendimento do que fazer com o que existe. O papagaio que a pessoa está
396cuidando, é aquele animal que está lá. É um crime ambiental, mas ao mesmo tempo
397ele já está na casa de pessoa e tem um cuidado, um afeto e etc. É o que fazer e como
398recolher isso. E a proposta é do Corpo de Bombeiros, da Corporação do Corpo de
399Bombeiros. Então, eles que são os principais interessados porque eles fazem mais o
400recolhimento desses animais. A primeira matéria, Espécie Exóticas em Ambientes
401Aquáticos está no MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura, porque existe também uma
402dúvida entre competências nossas e deles. Então, nós estamos procurando ser bem
403cautelosos para dirimir isso e não jogar para a Plenária uma matéria que depois o
404estrageo possa ser maior em termos de desgaste. Alguma questão dos senhores?
405Controle Ambiental, que agora a nossa Câmara, presidida pelo Deusdará.
406Licenciamento Ambiental de Carcinicultura em Zona Costeira. Estava aguardando
407regulamentação de Código Florestal e até entendimento se isso era uma matéria mais
408com âmbito de biodiversidade ou mais âmbito de licenciamento. Estamos agora
409esperando baixar um pouco essa poeira, vendo e analisando juridicamente como
410estão essas questões para saber se essa matéria é melhor que seja arquivada e nova
411minuta seja proposta, à luz da legislação atual, ou se damos segmento a essa. Portal
412Nacional de Licenciamento Ambiental, mais ou menos semelhante, muitas questões
413estão sendo repassadas para as Estados no âmbito da Lei Complementar 140. Então,
414também dá segmento no Conama quando existe uma zona cinzenta de interpretação,
415não está nos parecendo adequado e ela está em standby esperando uma
416interpretação. Termelétrica Óleo Combustível. É uma minuta que foi para a Plenária e
417depois parou porque se viu que realmente não era competência do Conama. Então,
418essa tem alguns encaminhamentos de ordem mais de instrução do processo para que
419a Câmara possa arquivar a matéria.

420

421

422**O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Como é o feito, pelo
423Regimento, esse arquivamento?

424

425

426**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama/MMA)** – Se a
427matéria já tramitou ela vai para a Câmara e a Câmara decide. Se ela não tramitou
428ainda, está no nível do proponente e etc., nós podemos argumentar com o proponente
429e ele diz que não, que realmente não é matéria do Conama e nós arquivamos
430administrativamente. Então, a diferença é essa.

431

432

433**O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Nós vamos separar
434aquelas que nós...

435

436

437**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama/MMA)** – Não. Eu
438estou só contando e vou procurar ser breve por tema. Ótimo. Então, eu só vou citar os
439temas, só uma relação. Quaternário de Amônio, gestão de água de lastro,
440licenciamento de usinas hidrelétricas, essa é uma recomendação semelhante aquela
441que foi arquivada pela Câmara de Controle, retardantes químicos, registro de produtos
442destinados à remediação de madeiras, aliás, remediação é uma questão de óleo, é

443 óleo em plataforma, bioremediação, a outra coisa é essa preservação de madeiras, e
444 práticas ilegais de degradação ambiental no Município de Colinas, essa é uma
445 recomendação que está ainda para o Ibama. Então, Deusdará, seguindo esse
446 entendimento, eu só vou citando, se alguém tiver alguma dúvida nós paramos.
447 Educação Ambiental tinha um seminário com práticas de educação, que isso já foi
448 exaurido, está esperando a primeira reunião. A proposta sobre corte em crédito de
449 financiamento, uma atribuição legal do Conama, mas nunca regulamentada. Câmara
450 de Unidade de Conservação, normas para padronização do procedimento de RQA,
451 Zona Costeira. Análise dos efeitos da 369, que era uma Resolução que agora está
452 modificada, 303 e avaliação de Unidade de Conservação. Veja que tem muita coisa
453 aqui que não cabe à luz do novo Código Florestal.

454

455

456 **SRª. VANESSA ARDUINA LIMA (ANAMMA Nacional)** – Elas também vão no
457 mesmo rito para ser arquivadas.

458

459

460 **SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama/MMA)** –
461 Provavelmente. A ser avaliado pela Câmara com a instrução de arquivamento. Um
462 Grupo de Trabalho para elaborar uma Resolução sobre a avaliação de capacidade de
463 suporte ambiental em regiões metropolitanas, ZEE do Purus, no Estado do
464 Amazonas. Câmara de Qualidade. Uso industrial, resíduos industriais com matéria-
465 prima para micronutrientes; resíduos de portos, aeroportos e terminais ferroviários,
466 padrões de qualidade do ar e uma sobre PROVONVE e PROMOT que esteve
467 presente na última reunião nossa do CIPAM. Revisão sobre reclassificação de
468 resíduos de tintas, agrotóxicos em ambientes aquáticos, uma sobre prazo de PCPV. E
469 aí vem aqui no CIPAM, o que nós temos? Que era um barramento em cursos d'água
470 que houve o sobrestamento dessa matéria, gestão de PCBs, que foi essa que nós
471 acabamos de aprovar. E em fase de obtenção de pareceres. Licenciamento ambiental
472 de parques eólicos, uma matéria nova que ainda vai para parecer, e intervenção
473 destinada à construção e manutenção de estradas vicinais. Então, esses são os
474 temas em tramitação em cada uma das Câmaras Técnicas.

475

476

477 **SR. VINICIUS LADEIRA MARQUES DE SOUSA (CNT)** – Só uma pergunta. Esses
478 temas já estão em tramitação com exceção dessas em fase de obtenção de parecer.
479 Certo? Nenhum outro tema entraria na agenda 2013?

480

481

482 **SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama/MMA)** – Perfeito.
483 Isso aqui é o balanço que nós temos.

484

485

486 **SR. VINICIUS LADEIRA MARQUES DE SOUSA (CNT)** – É o balanço do passivo
487 do que nós... Nós estamos aprovando uma agenda de 2013.

488

489

490 **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Nós não estamos aprovando. Nós
491 estamos dando um informe de que existe esse conjunto de matérias que estão ou em
492 standby, ou em análise ou aguardando situações, ou em curso normal, ou faltando

493 parecer. Quer dizer, esse aqui não quer dizer que seja necessariamente a reprodução
494 de nossa agenda 2013. Nós estamos... Isso aqui há uma possibilidade dessas
495 matérias serem incorporadas na agenda de pauta da reunião da Comissão em 2013.
496 O que não invalida de entrar outras. Chegando outras matérias virá para o CIPAM,
497 será julgada admissibilidade, terá seu curso natural e aí será enriquecido o processo
498 de 2013.

499

500

501 **O SR. ROBSON JOSE CALIXTO DE LIMA (DConama/MMA)** – Deusdará, se me
502 permite. Nós costumamos chamar isso de carteira de assuntos do Conama, a nossa
503 carteira está composta hoje de assuntos que estão aí designados. Então, poderão
504 entrar outros e ao longo do tempo poderão sair também. Essa é a nossa carteira de
505 ações.

506

507

508 **O SR. VINICIUS LADEIRA MARQUES DE SOUSA (CNT)** – É só porque às vezes
509 pode surgir a dúvida que o item de pauta dessa reunião é proposta para a agenda
510 Conama 2013.

511

512

513 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Você tem toda razão. Subitem de
514 pauta, na verdade você tem toda razão, se você pegar literalmente a pauta é a
515 agenda, isso pode subentender que é agenda. Não é. Isso é uma informação do
516 conjunto, do portfólio de Resoluções, ou de assuntos que têm tramitando dentro do
517 Conama, que poderá virou não compor as reuniões, as pautas das reuniões do
518 Conama EM 2013.

519

520

521 **O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (Ponto Terra)** – Só para minha
522 orientação, talvez do Miguel também, essa questão de estradas vicinais, é aquela
523 ideia que o Mover estava trabalhando nela. A origem dela é ali? Obrigado.

524

525

526 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama/MMA)** – É essa
527 exatamente.

528

529

530 **A SR^a. VANESSA ARDUINA LIMA (ANAMMA Nacional)** – Eu também teria uma
531 pergunta. A 26 da Qualidade Ambiental, ela estaria criando um Grupo de Trabalho?

532

533

534 **O SR. ROBSON JOSE CALIXTO DE LIMA (DConama/MMA)** – Essa matéria foi
535 produzida na Câmara de Qualidade e foi criado um Grupo de Trabalho que está para
536 ser instalado, nós temos três meses e estão sendo coletados, buscados nomes para
537 compor esse GT, nesse momento. Então, quem tiver alguma indicação poderá nos
538 encaminhar para compor até a instalação do grupo. E esse grupo vai ser coordenado
539 pela ANTAQ, o Marcos Maia Porto e será relatado pela Doutora Zilda Zeloso,
540 Ministério do Meio Ambiente.

541

542

21

11

22

543 **O SR. VINICIUS LADEIRA MARQUES DE SOUSA (CNT)** – Foi aprovado um Termo
544 de Referência. Não é isso?

545

546

547 **O SR. ROBSON JOSE CALIXTO DE LIMA (DConama/MMA)** – Na última Câmara
548 Técnica foi aprovado um Termo de Referência que guiará o Grupo de Trabalho.

549

550

551 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (Associação SOS Amazônia)** – Primeiro um
552 esclarecimento. Para que nós possamos colocar em pauta um tema e sugerir a
553 criação de algum GT no âmbito da Câmara Técnica de Florestas, e aqui eu quero
554 informar que o nosso colega André Lima veio justamente fazer uma proposição a
555 respeito disso, para que nós possamos botar em discussão e fazer o monitoramento
556 da implementação do Código Florestal. Eu gostaria que o André comentasse a
557 respeito disso. Eu queria saber qual o procedimento que temos que fazer para que
558 possamos.

559

560

561 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Vamos encerrar esse assunto aqui e
562 colocaríamos como o ponto. O ponto vai caber aqui, mas só para encerrar essa parte
563 de passivo.

564

565

566 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (Associação SOS Amazônia)** – Pois não. Concordo.

567

568

569 **O SR. PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA (Governo do Estado do**
570 **Ceará)**– Só com relação a essa discussão sobre os Parques Eólicos, licenciamento
571 ambiental dos Parques Eólicos. A quantas anda a tramitação?

572

573

574 **SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama/MMA)** – Essa é
575 uma proposta que veio do Rio Grande do Sul, já discutido com vários Estados. Nós
576 mandamos primeiro para uma análise da CONJUR, exatamente para compreender a
577 questão agora no marco legal atual, com a LC 140, como é que o Conama se insere
578 nisso. E depois nós vamos encaminhar para parecer do Ministério do Meio Ambiente e
579 do Ibama e aí pautamos, com pressa porque eu sei que isso os Estados têm pressa.

580

581

582 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Mais alguma dúvida, algum
583 esclarecimento em relação a esse passivo, a essa carteira de projetos do Conama?

584

585

586 **O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Tem alguma ideia de
587 se agrupar aquelas, por exemplo, topo de morro, margem de rio, tudo que diz respeito
588 e fazer um Grupo de Trabalho para fazer um levantamento a essa altura de tudo que
589 ficou fora de moda com o Novo Código?

590

591

592 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Há uma iniciativa que o Ministério
593 do Meio Ambiente já está delineando uma estratégia de atuação com relação a essas
594 definições, esses conceitos que saíram do Novo Código Florestal, que impactam
595 alguns conceitos das Resoluções Conama. Então, haverá um determinado momento
596 prévio que nós vamos ter que parar o trabalho de ver o que está tendo, o que ficou
597 démodé, fora de moda, digamos, entre aspas, do que estava nas Resoluções
598 Conama, em função de novos conceitos do Código Florestal. Isso não será só nessa
599 Resolução, serão várias Resoluções. E se considerando ainda a questão da LC 140,
600 você vai atingir um número maior de situações ou de Resoluções que hoje a LC 140
601 poderá ter superado em relação ao que se tinha no passado. É um esforço nesse
602 sentido e certamente nós vamos comunicar a vocês e ter uma participação, ver como
603 isso vai ser feito no âmbito do Conama. Há proposta nesse sentido. Superado o
604 passivo, eu só queria ainda, Miguel, antes de você colocar o assunto novo da Câmara
605 Técnica Assuntos Florestais, é que na Câmara Técnica de Controle Ambiental na
606 última reunião nós tivemos uma discussão profícua, bastante interessante e se tomou
607 uma decisão por consenso de que nós faríamos uma reunião técnica, uma primeira
608 reunião técnica, não é seminário, é uma reunião absolutamente técnica, com número
609 restrito de pessoas para começar a abordar a questão de licenciamento ambiental.
610 Nós fizemos uma divisão salomônica de representação por segmentos, as pessoas
611 estão apresentando esses nomes, quer dizer, nós temos, sei lá, aí a ideia é ter 40
612 pessoas para nós fazermos uma reunião no âmbito do Ministério do Meio Ambiente
613 para abrir essa discussão e tentar montar um pauta, uma agenda de como abordar
614 esse assunto que eu acho que é um assunto que todos nós temos a convicção que
615 será o assunto da vez. Quer dizer a questão do licenciamento ambiental. E nós
616 precisamos nos antecipar e nos posicionar com relação a essa discussão, até porque
617 há também um Projeto de Lei tramitando no Congresso em relação a esse assunto.
618 Então, isso é um informe, estão sendo feitas as indicações dos membros e nós
619 esperamos fazer uma reunião absolutamente técnica no primeiro momento, para
620 constituir uma pauta, uma agenda para nós vermos como aborda no âmbito de 2013
621 dentro do Conama essa questão de licenciamento ambiental. Só um informe. Miguel,
622 por favor.

623

624

625 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (Associação SOS Amazônia)** – A título de sugestão
626 para compor essa agenda, na verdade, eu trago duas sugestões. Uma essa que o
627 André vai apresentar, e uma outra que eu encaminhei via e-mail para vocês,
628 infelizmente um pouco tardio, ontem a noite, mas nos exercícios aí não consegui
629 antecipar, mas acho que são oportunos para nós colocarmos na mesa, que é a
630 respeito de nós cumprirmos as competências do CIPAM. Duas delas, uma que trata
631 sobre a avaliação da implementação e execução de políticas ambientais, que o
632 CIPAM tem essa função. E a outra é de promover a integração dos colegiados. E aí
633 eu deixo para o André primeiramente fazer a sugestão dele, a recomendação dele a
634 respeito desse Grupo de Trabalho e depois eu falo a respeito disso. Nós poderíamos
635 colocar ali na... Por favor, André Lima.

636

637

638 **O SR. ANDRÉ LIMA (Instituto o Direito por um Planeta Verde)** – Bom dia a todos e
639 todas. Deusdará, nosso líder na reunião, Doutora Adriana, Doutor Nilo tudo bem?
640 Estava só esperando o Nilo chegar para poder falar, agora que chegou a autoridade.
641 Mas eu primeiro quero agradecer a oportunidades, ao Miguel Scarcello de poder estar

642trazendo essa proposição aqui. Como os senhores e senhoras todos sabem, nós
643vivemos aí nos últimos dois, três anos um movimento bastante importante e quente de
644debate em torno de uma das legislações mais importante do nosso arcabouço jurídico
645socioambiental, que envolve biodiversidade, envolve água, envolve clima, envolve uso
646do solo, envolve agricultura, e fato é que independentemente do julgamento em
647relação à lei em si, todo mundo sabe que é polêmico e controverso, nós temos uma lei
648e temos uma lei, portanto aprovada pelo legislativo e essa lei traz uma série de
649implicações e responsabilidades no sentido da implementação de programas em todo
650o Brasil, que é que todos queremos, regularização ambiental da produção
651agropecuária brasileira e que o Brasil possa de fato buscar a convergência entre
652conservação e conservação. Este Conama teve oportunidade de debater ao longo
653desses últimos 15 anos inúmeras Resoluções demonstrando total compromisso com o
654esforço de implementação dessa lei. Então, qual é a nossa proposição? Nós temos
655uma Câmara Técnica de Florestas, cujo mandato é exatamente esse de trabalhar as
656questões associadas ao uso do solo, a manejo, controle de desmatamento, e nós
657temos aí nos próximos dois anos um movimento muito importante no País que é a
658elaboração, a regulamentação, a elaboração e a implementação dos programas de
659regularização ambiental em todos os Estados do Brasil e no Distrito Federal. Então, a
660que nós pudéssemos ter no âmbito da Câmara Técnica de Florestas um Grupo de
661Trabalho focado no acompanhamento, com vistas à harmonização da implementação
662desses programas no Brasil inteiro. Nós temos aí uma regulamentação federal, nós
663vamos ter Decretos e, enfim, proposições e planos feitos pelos Estados e a ideia é
664que o Conama possa contribuir conhecendo, acompanhando, buscando a integração,
665buscando a cooperação entre os entes do SISNAMA e a Sociedade Civil, porque nós
666precisamos nos apropriar. A sociedade brasileira precisa se apropriar dessa
667ferramenta porque nós queremos que em cinco anos o Código Florestal esteja sendo
668de fato implementado naquilo que tem de bom na nova lei. Nós somos críticos em
669relação a uma série de fatores, mas viramos a página, temos a lei, essa lei precisa ser
670implementada e a sociedade precisa se engajar na implementação daquilo que tem de
671bom na lei. O Conama tem uma tradição e uma história de debate em torno desse
672tema, o Conama é o órgão superior do Sistema Nacional de Meio Ambiente, tem
673inúmeras competências associadas a essa temática. Então, essa é a nossa
674proposição. No Regimento não está muito claro, quer dizer, como é a porta da frente,
675que eu falei: “olha, queremos colocar esse assunto pela porta da frente”. Então, nós
676estamos submetendo ao CIPAM, compreendendo que a ideia é exatamente essa, de
677trazer harmonização na implementação desses planos, buscar otimizar o que tem de
678melhor em cada um deles e, portanto criar um espaço, um ambiente onde os Estados,
679a sociedade, os Municípios inclusive, estamos também conversando com a ANAMMA,
680os Municípios têm agora responsabilidades em relação ao tema, um espaço que
681valorize esse Conselho no sentido de buscar exatamente essa harmonia na
682implementação desse que vai ser um dos maiores desafios do Brasil nos próximos
683dois anos em relação à convergência entre produção agrícola e conservação florestal.
684Então, fico à disposição para esclarecer, estamos abertos a sugestão porque
685eventualmente essa possa até não ser a melhor proposição, mas a ideia nossa é que
686o Conama possa ser de fato ser um ambiente, um espaço de ação positiva, de
687proposição, de formulação e harmonização na implementação da nova lei.

688

689

690 **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado André Lima. Eu pediria à
691Adriana para antes de entrar no mérito, do ponto de vista regimental, como uma

692demanda apresentada pelo Conselheiro Miguel Scarcello e André Lima, poderia ser
693absorvida dentro do Conama. É aquela dúvida que ele colocou. É um grupo assessor?
694É a própria Câmara? Como nós regimentalmente poderíamos acomodar a demanda
695do ponto de vista formal, antes de julgar o mérito e a ideia da questão.

696

697

698A **SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama/MMA)** – Têm
699algumas dúvidas ainda, que foi uma avaliação muito preliminar ainda André. Quando
700nós olhamos a Câmara Técnica, ela tem competência para isso, a Câmara é a isso,
701só que a matéria quando chega na Câmara, a Câmara se debruça reuniões sobre
702uma matéria posta . Então a matéria é uma Minuta de Resolução com justificativa,
703com seus considerandos, com os impactos que vai ter e etc. É uma Minuta, e eu se
704precisar do detalhamento dessa Minuta aí sim se faz um Grupo de Trabalho, como
705falamos em relação aquela outra que nós admitimos. Não é o caso dessa proposição,
706que você está colocando é uma ideia genérica de regulamentação de todo o Código
707e de discussão do momento atual. Isso talvez fique mais apropriado como um grupo
708assessor da própria Plenária. A Plenária pode instituir, quer dizer, eu estou falando,
709mas não tenho... Vai precisar Deusdará, de uma leitura um pouco mais atenta e
710minuciosa. Então, essa é uma primeira impressão que nós tivemos. Pode ser que
711caiba dentro de um grupo assessor, que a Plenária institui com componentes do
712Conselho, tenha um mandato específico, produz pareceres, estudos e etc. O
713subproduto desse grupo assessor pode aí sim ser uma coisa mais detalhada, como a
714Minuta de Resolução que vá para o âmbito da Câmara de Florestas. Então, essa é um
715primeiro enfoque.

716

717

718O **SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Tem outro fator que
719entra nisso. O assunto também tem que ser tratado com a relação entre, vamos dizer,
720Conselhos de Governo, porque um Decreto Presidencial diz que esse assunto é
721tratado pela Comissão do Mais Ambiente e esse Decreto, evidentemente, vai ter que
722ser reescrito uma vez que existe uma nova lei e tem que ser adequado, mas existe um
723Comitê Assessor, ou uma Comissão que cuida disso e existe um setor no Ministério
724do Meio Ambiente que cuida disso, que faz a articulação entre federal e cada um dos
725Estados com o seu Conselho Assessor. Quer dizer, talvez uma relação, pode ser até
726de um grupo assessor do Conama com essa área do Ministério do Meio Ambiente,
727seja um ponto do contato interessante.

728

729

730O **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Você me desculpe. Deixa só fazer
731um esclarecimento do ponto de vista formal e aí já valorizo a oportunidade e o
732momento oportuno que essa proposta está sendo colocada à mesa. O Decreto Mais
733Ambiente foi revogado, ele não existe mais. Então, toda aquela estrutura de gestão do
734Mais Ambiente deixou de existir. O Decreto 7.830 que regulamenta. O novo Cadastro
735Ambiental Rural e dá diretrizes para o Programa de Regulação Ambiental revogou
736expressamente o Decreto Mais Ambiente. Então, aquela estrutura de gestão do
737Programa Mais Ambiente ela não existe mais porque o Decreto... Os direitos
738adquiridos e tudo aquilo que foi conseguido com o Mais Ambiente foi preservado, O
739Decreto preserva, o Decreto venceria em dezembro desse ano, como o outro Decreto
7407.83 saiu em outubro todo mundo que se inscreveu no Mais Ambiente, que teve
741benefícios relacionados ao meio ambiente está preservado, mas no ato de publicação

742do 7.830 ele foi revogado o Mais Ambiente. Então, aquela estrutura de gestão ela
743deixou de existir. Então, nós temos que construir realmente uma nova estrutura de
744construção.

745

746

747**O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – De qualquer forma
748dentro do Ministério do Meio Ambiente existe ainda.

749

750

751**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Existe. A Secretaria de
752Desenvolvimento Rural continua trabalhando no Cadastro Ambiental Rural, nós na
753Gestão Estratégica, Secretaria Executiva estamos acompanhando, mas nos moldes
754daqueles subprogramas que tinha anteriormente, ele deixou de existir.

755

756

757**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama/MMA)** – Agora isso
758me parece relevante pelo seguinte, eu não tenho clareza de qual é o papel do
759Conama e qual é o papel executivo nesse tipo de regulamentação. Então, realmente
760tem que ter aí um estudo e uma apuração.

761

762

763**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Até porque, André e Miguel, no caso
764específico do Programas de Regulação Ambiental, dos Programas, porque o
765Programa poderá ser Federal, Estadual e Municipal, há uma menção explícita da
766Presidente da República dizendo que ele que deverá ser regulamentado ouvindo-se o
767Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Então, essa
768regulamentação dos TRAs que seria um ano após a publicação da lei, ou seja, dia 22
769de maio de 2013, terá que necessariamente ter oitiva do Ministério da Agricultura e do
770MDA. Bom, mas esse Código é muito controverso, quer dizer...

771

772

773**O SR. ANDRÉ LIMA (Instituto o Direito por um Planeta Verde)** – Eu acho que a
774ideia de um grupo assessor ela é muito bem vinda porque a formulação ela é no
775sentido exatamente de criar uma agenda em que nós possamos realizar alguns
776seminários, ouvir técnicos, ouvir os Estados trazendo as suas formulações, elaborar
777um relatório e propor ao Conama recomendações em termos de programas,
778recomendações em termos de harmonização desses programas, recomendações ao
779próprio Executivo no sentido de apoiar, por exemplo, determinadas demandas dos
780Estados. Ontem mesmo conversando com o pessoal do Estado do Acre, eles
781disseram: “Se não tiver recurso esse negócio não vai acontecer”. Então, podemos
782fazer recomendações ao Congresso Nacional no sentido de produção de emendas
783para viabilização. Então, é no sentido propositivo. Eu acho que esse grupo assessor
784talvez ele seja realmente mais apropriado.

785

786

787**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Nesta leitura preliminar que a
788Adriana fez, André, de fato as Câmaras trabalham em cima de uma pauta predefinida,
789em cima de um documento. Essa que é a realidade. Aprova, analisa, estuda, submete
790à Plenária e aprovou. Me parece que o que vocês estão trazendo cabe assim, tem o
791figurino de um grupo assessor, até porque você está falando dos Programas de

792Regulação Ambiental, mas se você olhar, você conhece tão bem, é um dos que tão
793bem conhecem essa questão do Código, ali tem uma série... O Capítulo de incêndio
794florestal, tem o capítulo de exploração florestal, tem o capítulo de controle florestal,
795tem capítulo de conversão de multa, quer dizer dali é um manancial de assuntos que
796deverão passar ou por regulamentações, Decreto, Instruções Normativas, ou
797Resoluções Conama ou Portaria e não sei o quê, deriva uma série de simplesmente
798infralégais que poderiam ser submetidos a um grupo assessor como esse. O que eu
799pediria se no mérito, se nenhum Conselheiro tem algo mais a acrescentar, é que
800nesse momento, como nós estamos ainda preliminarmente avaliando o Regimento,
801nós temos o sentimento de que um grupo assessor seria importante. Eu pediria
802permissão para levar essa ideia, dizendo que essa ideia ela tem, digamos, salvo
803engano, não coloquei em votação porque acho que é uma ideia, o apoio do CIPAM,
804vá à presidenta do Conama, a ministra Isabela Teixeira, dizendo que o CIPAM
805entende importante estrategicamente para nesse momento de discussão na legislação
806e encaminhar uma solução fundamentada no Regimento. Essa é uma proposta do
807CIPAM para sua avaliação, que a presidente nós tenhamos... E aí se nós tivermos,
808digamos, um sinal verde, ou digamos, um sinal positivo, ou orientação, nós
809estruturarmos qual seria de fato o papel desse grupo assessor para não colidir com
810ações do Executivo, não colidir com ações do Legislativo, mas ser sim um grupo,
811digamos, *ad-hoc*, um grupo assessor de fato, que possa eventualmente ser
812catalisador, mediador de conflitos e propositivo no sentido de avançar nessas
813regulamentações, e construir o ambiente para que elas possam ser aprovadas ou
814legitimadas. Então assim, uma coisa sem essa visão de Câmara Técnica que no
815passado teve, que aprova, não aprova, briga, vota e tal, vencedor e vencido. De fato e
816aí sim talvez, Miguel, esteja resgatando um pouco o lado nobre do CIPAM está
817encaminhando coisas que possam efetivamente trabalhar no nível mais estratégico,
818em nível mais de política ambiental brasileira. Então, eu pediria permissão aos
819senhores de levar a sugestão do CIPAM, acatar essa sugestão que vocês colocaram,
820num primeiro momento com essa visão de grupo assessor *ad-hoc*, que também
821deverá ter condições de mobilidade, de determinados eventos gerar reuniões, gerar
822fóruns de discussão, no sentido realmente de poder colaborar no processo de decisão
823de formulação da política florestal brasileira. Precisaria então de levar essa ideia à
824Ministra, obter o aval ou as suas sugestões e aí nós construiríamos uma espécie de
825acordo de convivência, uma espécie de termo de referência do que seria a clareza.
826Para poder não gerar mais um ponto de conflito. Esse assunto já está muito
827passionalizado, não precisamos entrar agora, de uma certa forma, aproximando essas
828distâncias. E nesse sentido, o André não estava na reunião infelizmente, mas a
829Ministra teve uma reunião com algumas ONGs, WWF, IIZA, Amigos da Terra,
830realmente não me recordo, eu estive presente e ela se comprometeu de estar
831conversando com todos os setores, eu estou vindo de uma reunião ontem, inclusive
832não pude participar lá, estou devendo a indelicadeza ao Nilo que eu não pude estar no
833Macapá ontem, teve uma reunião na Abema, bem Abema, um grupo do Nordeste em
834Salvador a respeito do CAR e do PRA, fomos ouvir o Estado do Piauí, Sergipe,
835Pernambuco, Bahia, Tocantins, Minas Gerais. Então, a ideia é que nós realmente
836construamos essa coisa fazendo o máximo de audiência possível, nós estamos
837marcando uma reunião com a Abema dia 27, vão ser assinados três acordos de
838cooperação já para implementação do cadastramento rural, nós estamos marcando
839reunião com a ANAMMA, tinha reunião dia 22 com os Municípios do Rio Grande do
840Sul, mas acharam por bem os novos prefeitos tomarem posse, faz sentido, conversar
841com as novas lideranças, não é Ronaldo? Você que é do ramo. Então, nós estamos

842esperando o pessoal se acomodar e esperamos que lá para março consigamos
843mobilizar os Municípios. Haverá um conjunto reunião com as ONGs. Então a ideia, em
844algumas também nós vamos ter que repartir as partes interessadas e afetadas. Há
845determinados temas, por exemplo, com relação à Zona Costeira, que vamos convir, o
846pessoal lá no Oeste da Bahia, do Amazonas não necessariamente precisa estar tão
847envolvido quanto o pessoal da Zona Costeira. E talvez mais auxílio a essa anatomia
848do poder, desenhar esses parceiros ou esses atores que vão ser afetados e
849interessados no problema de forma a acomodar os diferentes temas do Código
850Florestal. Então, essa iniciativa já começou, no caso do PRA nós temos um prazo de
851um ano após a lei e o Decreto já deu as diretrizes gerais e remete para procedimentos
852infradecreto, uma série de Instruções Normativas, ou regulamentos mais específicos
853do Cadastro Ambiental Rural. Que são operacionais. Um manual de operação, qual a
854tela? O manual vai ter o quê? Nome do proprietário, vai ter CPF e tal, mas eu não vou
855antecipar isso porque nós pautamos para o reunião do Conama no dia 28, haverá a
856apresentação do Cadastro, do estado atual do Cadastro Ambiental Rural e dos
857Programas de Regulação Ambiental, como o estado das artes, que o secretário Paulo
858e o Volney deverão apresentar para o Plenário. Então, vai ser um momento rico e
859muito oportuno onde todo mundo vai ter o alinhamento da situação. A partir daí, sabe
860o estágio que as coisas estão, como está sendo a estratégia de implementação e
861espero que até lá nós possamos ter a oportunidade de ter o aceite da Ministra, as
862orientações dela a respeito de como poderá acontecer essa iniciativa apresentada
863pelo André via Miguel Scarcello. Está razoável assim?

864

865

866**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Conama/MMA)** – Bom dia a todos e a todas.
867Primeiro quero dizer, pedir desculpa aí pelo atraso, eu cheguei de madrugada mesmo
868dessa viagem que o Deusdará também estava sendo esperado lá, em Macapá. Bom,
869primeiro, duas boas notícias aqui, primeiro uma reunião do CIPAM muito bem
870representativa, como há algum tempo eu não via, não sei se a anterior também foi
871assim, muito bom, isso é bom porque o CIPAM, em minha opinião, é o que faz o
872Conama, é um termômetro para as boas Plenárias do Conama. Então, eu acho que é
873um sinal bem positivo. E outra boa notícia é essa proposta que estou ouvindo aqui
874porque eu já tinha comentado, acho que com a Adriana, com o Gaetani, que acho que
875pode ser uma oportunidade boa do Conama retomar algo que o André lembra bem há
876doze anos atrás, alguns daqui acompanharam isso, o Deusdará mesmo é um que
877diante do impasse na situação, naquela época do Código Florestal, o Conama
878assumiu uma posição muito interessante, não foi nem de protagonismo, mas foi de
879abertura de espaço para uma negociação, que permitiu sair a Medida Provisória
8802.166, que até hoje é a única Medida Provisória discutida democraticamente, pelo que
881eu saiba. Não tenha notícia de outra que tenha saído de um Colegiado participativo,
882pelo menos proposta saiu e aí o executivo baixou na época. O André lembra bem
883porque ele pilotou um pouco isso daí e eu acompanhava na época. Então, eu acho
884interessante essa proposta, Deusdará, com esse encaminhamento que você está
885apresentando, quer dizer, tendo aqui um referendo inicial do CIPAM, com certeza a
886Ministra vai olhar com bons olhos a iniciativa porque pode ser inclusive uma
887oportunidade boa de após um debate como esse que haverá no plenário do Conama,
888com o Ibama e, enfim, sobre os encaminhamentos do PRA e do CAR, uma medida,
889vamos dizer assim, já de encaminhamento bem proativa e ao mesmo tempo
890democrática, porque nós vimos que em todo esse debate do Código Florestal que em
891alguns momentos faltava um espaço exatamente mais equânime de negociação entre

892 todos os segmentos. A negociação muitas vezes se fazia com segmento daqui, com
893 um segmento dali, e Governo, Congresso às vezes tentava ajustar ou equilibrar as
894 diversas opiniões e tal. Não foi fácil e por isso demorou tanto. Às vezes nós achamos
895 que processos democráticos como do Conama são longos e demorados, mas eu acho
896 que às vezes é prático. Então, eu acredito que é boa essa ideia, torço para que ela
897 tenha um bom encaminhamento, o Conama está precisando recuperar algum grau de
898 protagonismo na agenda ambiental do País e acho que essa é uma boa oportunidade.
899 Perdemos com a LC 40 a competência do Conama em relação à tipologia de
900 licenciamento na esfera Federal, Nacional, os Conselhos Estaduais foram mantidos,
901 mas o Conama perdeu um pouco essa agenda, essa pauta que era por excelência
902 uma pauta do Conama. E aí eu acho que é uma boa iniciativa tentar recuperar com a
903 agenda florestal. Só isso que eu queria registrar. Obrigado.

904

905

906 **SR. PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA (Governo do Estado do**
907 **Ceará)**– Só uma questão de ordem. Por conta de pauta mesmo, quer dizer, sem
908 nenhum prejuízo ao que foi proposto, mas o que eu entendo, o que o item da pauta
909 que nós estamos discutindo aqui é a agenda de 2013. Está bom, a pauta, pelo que eu
910 ouço e pelas nossas preocupações, a agenda de 2013 do Conama tem duas pautas
911 que vão organizar todas as demais e que aqui já foi levantado, ou seja, a LC 140 e
912 todas as suas consequências e o Código Florestal e todas as suas consequências. Ou
913 seja, do ponto de vista de deliberação do CIPAM, dessa nossa reunião hoje, volto a
914 dizer, sem prejuízo da proposta de levar essa ideia para presidenta do Conama, o que
915 eu acho é que o critério para dizer o que entrará, o critério para dizer o que deverá ter
916 prioridade nas pautas do Conama de 2013, é isso que estamos fazendo aqui,
917 construindo não a agenda tópico por tópico, porque senão tinha que ligar para os 27
918 Estados da Abema e dizer: “quais são os seus os interesses de discutir no ano que
919 vem”? Eu acho o objetivo é mais ou menos assim, vamos ter um filtro para
920 estabelecer o que entra prioritariamente na agenda do Conama em 2013, para mim é
921 o que for regulamentador ou instância de monitoramento e acompanhamento, esforço
922 de monitoramento, ou esforço de conciliação das consequências dessas duas peças
923 legais, é a prioridade da nossa pauta porque é o que vai nos assaltar em termos de
924 demanda no ano que vem. Então assim, a agenda é Código Florestal e LC 140, e as
925 prioridades do Conama são o esforço de harmonização, até porque com a LC140 e
926 com o Código Florestal muita competência foi delegada, então nós temos que ter um
927 esforço na humanização, nós temos que evitar em vez de guerra fiscal, guerra
928 ambiental, nós temos uma série de questões que eu acho que o Conama pode se
929 antecipar e assumir um papel protagonista nisso. Nós temos essa função de
930 monitoramento que eu acho que cada vez mais o Conama deve se fortalecer para
931 fazer monitoramento e avaliação. Eu acho que é uma consequência necessária do
932 processo de descentralização, de delegação. E nós temos que retomar o papel do
933 Conama, ou abrir o papel do Conama esse espaço de conciliador de partes, de
934 medidor nessa construção de uma harmonia na Política Nacional de Meio Ambiente.
935 Para mim é assim. A agenda é essa.

936

937

938 **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Concordo plenamente com você,
939 talvez eu não tenha sido feliz no encaminhamento. Como o item está agenda, o que
940 nós tentamos montar? Bom, primeiro registrar a presença da representante da Abema
941 do Estado de Goiás, Jaqueline Vieira. Deu densidade, mais densidade e competência.

37

19

38

942Bom, uma coisa é assim, é aquela da natureza do Conselho, são as Resoluções que
943estão aí, que vão vir, que poderão não vir, que terão que ser arquivadas, discutidas,
944que são coisas pontuais e que fazem parte do dia a dia do Conama. Que nós
945tentamos dar uma geral assim, o passivo é esse. Outra coisa que nós estamos
946colocando, que você colocou de uma forma muito clara e muito própria, que são as
947ações assim, digamos, de Conselho mesmo, aquelas ações de estratégias que o
948CIPAM, cabe ao CIPAM orientar em primeiro momento, dizer “olha é isso que nós
949gostaríamos de ouvir durante o ano de 2013, sobre esses assuntos que gostaríamos
950de ouvir”. Talvez eu tenha sido infeliz na condução porque eu encaminhei um assunto
951que não é necessariamente da agenda, mas que está relacionado com a agenda. É
952como, e aí uma questão de caixinha mesmo, de lócus, um assunto levantado pelo
953Miguel que é específico num primeiro momento pelos Programas de Regulação
954Ambiental, que são os programas prioridade básica agora, que têm prazo, que
955caixinha poderia ter, que tipo de catalisador que poderia ter dentro do Conama para
956esse assunto ser tratado. Mas eu entendo que o conjunto da obra é tudo 2013, não se
957perde o que você falou em relação à LC 140, não se perde o que você falou da
958preocupação em relação às derivações do Código Florestal, mas também não perde a
959iniciativa do CIPAM de consultar a Ministra como que ela gostaria de ver a
960possibilidade da inserção no Conama de um grupo assessor relacionado a esse
961trabalho, que pode inclusive ser um exemplo para outros tipos de mobilização, para
962outros assuntos. Até como forma de ser o algodão entre os cristais aí, na situação da
963LC 140, como você falou, poderá vir aparecer em várias horas.

964

965

966**O SR. PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA (Governo do Estado do**
967**Ceará)**– Sim. Volto a dizer. Sem prejuízo do encaminhamento da proposição. Eu acho
968assim, mesmo para a agenda que foi apresentada, quer dizer, se nós temos que
969selecionar critérios de onde nós vamos dedicar esforços, então, quais são as matérias
970do passivo que estão diretamente relacionadas ou afetadas pelo que mudou. Isso
971deve ganhar prioridade na pauta. Então, você tem a Resolução que está discutindo a
972questão da carcinicultura, ela é profundamente afetada pelos embates do Código
973Florestal, está certo? Você tem a discussão dos Parques Eólicos, idem. A 369 que
974ainda está em discussão, que para mim é um problema que eu não consigo resolver
975lá no Estado do Ceará. Então assim, e que com a aprovação do código florestal me
976deu um problema maior ainda. Então assim, e que com a aprovação do Código
977Florestal me deu um problema maior ainda. Então, assim, eu acho que o papel nosso
978do CIPAM é para as demais Comissões, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalhos,
979Grupos Assessores, qual é o sinal? “Moçada, na frente de fila tudo que tiver
980correlação direta ou mais próxima com o que foi decidido em termos de legislação na
981área”. Isso entra na frente de fila. Não quero dizer que agenda normal do Conama tem
982que continuar funcionando.

983

984

985**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – As proposições têm que ser
986admitidas por aqui, isso pode ser um critério de admissibilidade nosso. Se na próxima
987reunião apareceu um conjunto de Resoluções do CIPAM contendo o seguinte, na
988teoria de filas, nós achamos que mais importante são aquelas relacionadas com
989assuntos tais e tais, mas isso é um coisa para o futuro, para 2013, nós estamos
990apresentando só o passivo.

991

992

993**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama/MMA)** – Acho que
994está bem assim, é porque realmente quando nós pautamos a agenda do Conama
9952013, ela ficou solta e agora está dando muito clareza para nós fazermos o resultado
996dessa reunião. Então, apresentada a carteira com os assuntos em tramitação no
997Conselho, definiu-se que o que é prioritário é tudo aquilo que exigir um esforço de
998harmonização das Resoluções em vigor e daquelas Minutas em discussão, com os
999novos marcos legais. Então, essa é uma maneira geral de falar o que é a agenda de
10002013, mas que define um norte para todo Conselho e Grupos de Trabalho e etc..

1001

1002

1003**O SR. MIGUEL SCARCELLO (Associação SOS Amazônia)** – Eu estou de acordo
1004com essa forma de ver dessa proposta de agenda. Retornando a proposta que nós
1005apresentamos, eu também acho que cabe o encaminhamento que você sugere
1006Deusdará, eu acho que vem somar com essa preocupação que o Paulo da Abema
1007apresentou, eu acho que é uma maneira de nós tentarmos operacionalizar, isso aí eu
1008acho que é um mecanismo que André trouxe, é muito oportuno. Eu da minha parte eu
1009sou favorável e já aprovo esse encaminhamento que está dando e creio que além nós
1010pautarmos, colocar como agenda principal esses dois mecanismos, que eu acho que
1011são importantíssimos, que é o licenciamento e o Código, que é ver isso funcionando
1012cada vez melhor, que para mim, eu faço uma leitura de que são mecanismos mais de
1013regulamentação e de controle. Eu creio que nós carecemos de priorizar também uma
1014ação mais propositiva para as áreas de proteção que nós temos. Eu acho que a visão
1015proativa de manter conservação, de não só controlar ações que venham a afetar o
1016meio ambiente, eu acho que é uma coisa prioritária para o nosso Conselho também.
1017Apesar de haver por parte do Governo Federal um certo, uma certa priorização, uma
1018certa preocupação com as áreas protegidas, eu creio que isso não deu escala, eu
1019creio que isso ainda não tem visão objetiva, não tem nada que me confirme que de
1020fato as unidades de conservação no País têm dado o resultado que nós esperamos.
1021Tanto que as notícias que nós temos de desmatamento das unidades de conservação
1022não são positivas. Então, eu vejo que a implementação e a gestão das unidades de
1023conservação ainda estão a desejar. Eu particularmente gostaria que isso pudesse ser
1024também considerado como uma pauta de proposta dentro dessa agenda ampliada do
1025Conama e concordo plenamente que todas essas melhores que vão entrar
1026regulamento de alteração, ou de novas resoluções, isso é uma rotina natural. Eu
1027considero isso como item a ser considerado como temática também prioritária, porque
1028eu percebo que a Ministra em vários momentos, ao longo de ano passado e esse ano
10292012 mencionou constantemente a questão da situação das unidades de
1030conservação, de que quer ver a efetivação das unidades, mas eu não percebo no
1031âmbito de Governo investimentos concretos para que isso aconteça. Apesar de haver
1032no caso da Amazônia um programa de áreas protegidas, mas infelizmente a
1033efetividade que isso está trazendo ainda é muito pouco. Eu acho que para uma
1034temática tão importante, que representa mais de 20%, um percentual tão elevado no
1035território brasileiro e efetividade de gestão e de benefícios de conservação, isso nós
1036não conseguimos perceber. Então, eu queria agregar essas duas temáticas que são
1037de fato muito importantes, uma temática relacionada à conservação de meio ambiente
1038e conservação de biodiversidade, como também um foco a ser tratado no âmbito do
1039Conama, com seus vários encaminhamentos, pode ser através dessas resoluções
1040que estão aqui na pauta, ou até com um procedimento que o CIPAM tenha que ser o
1041protagonista disso, com um papel que ele tem que cumprir. Não sei se eu posso já

41

21

42

1042encadear aqui com a minha provocação que encaminhei para vocês dois, tanto para a
1043Adriana quanto para o Deusdará, que está nas mãos de cada um de vocês, que é um
1044exercício que eu fiz a respeito das outras duas competências que o CIPAM tem, não
1045especificamente no âmbito do Conama, mas o Plenário vai receber isso, que são a
1046competência 1 que é avaliar a implementação e a execução da política ambiental do
1047país e uma outra segunda competência que eu coloco na página três que é promover
1048a integração dos órgão colegiados de meio ambiente. Então, eu creio que no âmbito
1049dessas competências ao CIPAM, a partir do momento que o CIPAM desenvolve seus
1050trabalhos para atingir essas competências, cumprir esse papel, e levar ao Plenário
1051sua visão a respeito desses dois itens, nós possamos agregar, por exemplo, essa
1052questão do funcionamento e da efetividade das unidades de conservação. Então, eu
1053trago aqui nessa proposta de cumprimento de atribuições do CIPAM, uma breve
1054avaliação do que, eu, na minha singela e pouca aprofundada avaliação do que são as
1055políticas ambientais que o CIPAM deveria analisar, avaliar, no caso de implementação
1056e execução, eu faço no primeiro item de competência, um a respeito das diretrizes de
1057política ambiental do Governo, que foram apresentados na época da candidatura da
1058atual presidenta, do que ela coloca como prioridade ou diretriz a respeito de
1059conservação e defesa do meio ambiente. Então, ter uma relação de alguns itens que
1060ela considera fundamental como política ambiental de Governo. E aí são modelos de
1061desenvolvimento ao mesmo tempo sustentáveis e inclusivos, manter combate ao
1062desmatamento, manter proteção dos biomas, ampliar a oferta de água, ampliar o
1063esgotamento sanitário, ampliar a coleta e processamento de lixo, aprofundar
1064zoneamento, aprofundar recuperação de terras degradadas, aprofundar
1065implementação de projetos de manejo florestal e se compromete com as metas
1066voluntários de Kopenhagen. Essas são as que eu identifiquei no âmbito de políticas de
1067Governo. E trago alguns fatos que nós temos que levar em consideração para analisar
1068isso. E em segundo as políticas ambientais de gestão de Estado, que eu considero
1069oportunas de serem observadas para que o CIPAM se pronuncie ou trabalho no
1070sentido de verificar de fato o quanto elas estão sendo implementadas e executadas.
1071Eu relacionei algumas que a meu ver são aquelas relacionadas diretamente à questão
1072ambiental. Então, tem aqui onze delas, são políticas nacionais de diversos temas, de
1073agroecologia à mudança climática, em algumas delas nós já encontramos planos
1074nacionais para implementação dessas políticas, alguns ainda sendo construídos,
1075alguns já elaborados e em implementação. Identifiquei também políticas relacionadas
1076e que eu considero até de efeito transversal das políticas ambientais, que eu
1077identifiquei cinco delas e outras que em processo elaboração, como também
1078iniciativas de implementação de políticas já em vigor, que são as metas de
1079Kopenhagen, o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, o Código Florestal,
1080licenciamento ambiental e tem políticas em discussão que considero relacionadas à
1081questão ambiental, que cabe para mim uma visão do universo de políticas na área
1082ambiental que o CIPAM poderia se debruçar e tratar para fazer a avaliação da
1083implementação e execução. E eu faço uma sugestão de encaminhamento. Como eu
1084não identifiquei por parte do Ministério uma proposição para que o CIPAM tome
1085iniciativa em relação a isso, de avaliação da implementação e execução dessas
1086políticas, e não sei se existe esse mecanismo, eu sugiro que a atitude proposta é
1087anunciar ao menos ao Plenário do Conama a relação de políticas, planos e programas
1088a serem avaliados, tanto de Governo e ou de Estado. Isso é sugestão para que nós
1089aqui no CIPAM consideremos. Caso não exista indicadores predefinidos e ou
1090metodologia para que se faça a avaliação, discutir qual a ser adotada e anunciar a
1091instalação de Grupos de Trabalho que trabalhem na definição de uma proposta tanto

1092de indicador ou de metodologia para fazer a avaliação, que eu creio que ainda não
1093exista, já que é a segunda reunião do CIPAM. Então, até dou indicativos aqui de
1094possíveis itens de serem analisados tanto como indicadores, ou até como parte de
1095metodologia de avaliação dessas políticas. A inclusão no orçamento dos Ministérios, o
1096quanto eles incluam no orçamento para implementação dessas políticas e o valor
1097destinado e aplicado por ano em cada uma delas. Bom, isso no caso de avaliação, de
1098implementação e execução de políticas. O segundo é a respeito de promover a
1099integração dos órgãos colegiados de meio ambiente. Eu fiz um exercício de relacionar
1100os órgãos colegiados de meio ambiente que estão no site do Ministério. Então,
1101identifiquei dez, na verdade são nove porque um deles se repete. Então, só nisso aqui
1102nós temos Comissões que estão atualmente em funcionamento, não considerando o
1103Conama aqui, que na verdade vão ser dez. A título de encaminhamento de como nós
1104poderíamos de fato promover a integração, eu sugiro aqui para nossa conversa,
1105definir colegiados que devem ser considerados para promover integração,
1106complementar a descrição resumida de cada um mencionando inclusive atribuições e
1107número de membros, verificar que representantes ocupam cada um dos colegiados e
1108quantos repetem representação, e levantar se houve iniciativa de realizar reunião
1109conjunta, analisar pautas em que cada um deles e estudar possível discussão
1110conjunta, verificar a necessidade e possibilidade de deliberação conjunta, caso as
1111atribuições sejam semelhantes e caso de tentar incentivar que haja maior integração,
1112ao menos inicialmente dos seus membros, para que eles conheçam o que cada um
1113desses Conselhos fazem e discutem, nós criarmos um e-mail, uma lista de e-mails
1114agrupadas para que todos recebam a pauta desses colegiados e possam ir tratando
1115cada um deles. Bom, eu faço uma provocação na verdade ao nosso Comitê, já que
1116nós não tivemos possibilidade de deliberar na reunião passada que tipo de
1117encaminhamento nós íamos fazer a título dessas atribuições que o Comitê tem, e
1118daqui possamos deliberar e ver que encaminhamento fazer. Eu trago isso aqui como
1119parte da sugestão de agenda porque eu creio que se caso o Comitê faça e cumpra o
1120seu papel, nós vamos ter muito assunto para transmitir ao plenário e possa haver até
1121uma situação de alguns momentos de discussão aberta a respeito dessas políticas e
1122do funcionamento desses colegiados. E que isso favorece resgatar o papel de
1123estratégico que o Conama tem, além de nós ficarmos nesse procedimento oficial que
1124é muito importante de aprovar e fazer as regulamentações das normas que nós temos
1125hoje no País, no caso aí a exemplo tanto do licenciamento quanto do Código Florestal.

1126

1127

1128**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado Miguel. Eu vou passar a
1129palavra... Jacqueline, você quer falar? André, por favor.

1130

1131

1132**O SR. ANDRÉ LIMA (Instituto o Direito por um Planeta Verde)** – Eu estou
1133entendendo que vocês estão entrando em outra formação e que o nosso
1134encaminhamento já foi feito, tem um entendimento. Então, eu quero agradecer o
1135Deusdará, a Adriana, o Conselheiro Miguel por terem apoiado e aberto a porta da
1136frente para nós trazermos essa formulação. E dizer que estou satisfeito com o
1137encaminhamento e que quero me colocar à disposição, Deusdará e Adriana, para
1138eventuais conversas e reuniões, para nós chegarmos na próxima Plenária, que eu
1139entendo que isso vai ser de alguma forma colocado na Plenária como um
1140encaminhamento.

1141

1142

1143 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Eu espero. Não sei se vamos ter
1144 tempo suficiente para poder formatar algo. Eu preciso é francamente da sinalização
1145 dela.

1146

1147

1148 **O SR. ANDRÉ LIMA (Instituto o Direito por um Planeta Verde)** – Isso. Porque a
1149 minha preocupação é só essa.

1150

1151

1152 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Também eu não quero levar à
1153 Plenária algo que algo esteja estruturado. Como o assunto é extremamente sensível,
1154 André, havendo a orientação, acho que temos parar um pouco, estruturar para levar
1155 algo que não seja, digamos assim, estranho e polêmico, que tenha foco clareza.
1156 Entendeu?

1157

1158

1159 **O SR. ANDRÉ LIMA (Instituto o Direito por um Planeta Verde)** – Harmonia e
1160 consenso. Eu concordo com isso. Apenas coloco a minha preocupação de nós
1161 fazermos um esforço no sentido de aproveitar essa Plenária porque salvo engano a
1162 próxima é só em março e aí nós vamos perder quatro meses de trabalho,
1163 considerando que inclusive o prazo para os PRAs começarem a surgir já é maio, se
1164 não me engano, como o próprio Deusdará colocou.

1165

1166

1167 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Do ponto de vista de diretriz.

1168

1169

1170 **O SR. ANDRÉ LIMA (Instituto o Direito por um Planeta Verde)** – Mas de qualquer
1171 forma seria bem salutar que nós conseguíssemos avançar e eu estou à disposição
1172 inclusive de madrugada, se for necessário, para poder apoiar essa formulação.

1173

1174

1175 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Então já criou relação. Mas Miguel,
1176 é o seguinte, eu vou falar da competência II, depois a Adriana vai falar da
1177 competência I. Coincidentemente, na análise, está no âmbito da minha Diretoria de
1178 Gestão Estratégica a coordenação do SINIMA, e nós temos feito um trabalho de
1179 preso, de subsidiário, de acompanhar no Diário Oficial toda e qualquer Comissão,
1180 Comitê Colegiado, Grupo de Trabalho que seja publicado em Diário oficial, que esteja
1181 relacionado com a questão de meio ambiente e que tenha participação do Ministério
1182 do Meio Ambiente ou das suas vinculadas. O último levantamento tem uma tabela, o
1183 nome, cita se é Colegiado principal, o tipo, se é Comissão, se é Conselho, quando a
1184 criação, qual ato legal, se é lei, se é Decreto, qual é o número, se já está ativo ou está
1185 inativo, que é a coordenação, quem é o Secretário executivo, o nome do
1186 representante, o Ministério, as secretarias vinculadas, a lista de membros e tal. 377.
1187 Só para você que está falando de integração de Comissões, Conselho e convênios, o
1188 último levantamento, pode ser que nesse último mês tenha parecido mais alguma
1189 outra Comissão que nós participamos e coordenamos, ou seja, então é um negócio
1190 assustador. Então, a Ministra determinou que nós fizéssemos um levantamento até
1191 para poder essa semana estou mandando para todos os membros que eu consegui

1192localizar, para saber se os Conselhos estão ativos, se existe ata de reunião, se existe
1193deliberação, quem é o suplente, que é o presidente, para termos uma linguagem
1194comum porque muitas vezes o Ministério é surpreendido falando duas linguagens,
1195dois posicionamentos sobre um mesmo assunto em Conselhos diferentes. Então, ela
1196determinou que fizéssemos esse levantamento, que nós fizéssemos uma avaliação
1197crítica dos principais Conselhos. O nosso critério está sendo aqueles primeiro criados
1198por lei, são muitos do que você colocou aqui, Lei e Decreto, segundo aqueles que a
1199coordenação é nossa. Terceiro, aqueles que a Secretaria Executiva é nossa. Então,
1200esse teu esforço, esse teu segundo ponto com relação a promover integração dos
1201órgãos colegiados de meio ambiente, eu tenho uma boa notícia, nós pelo menos
1202estamos fazendo um diagnóstico muito mais amplo, o seu colabora bastante, muito
1203mais amplo do que tem, assim, a nível nacional, que tem participação da área
1204ambiental, que é esse volume aí assustador. Então, nós poderíamos, nesse caso
1205específico da sua sugestão, acatá-la como sugestão, tanto é que o membros CIPAM
1206estão recebendo essa sua provocação durante a reunião, acho que seria pelo menos
1207elegante que desse oportunidade que eles lessem essa provocação, é o tempo
1208suficiente que eu tenho para trazer algo mais estruturado porque coincidiu que o
1209assunto que você colocou de integração está na minha pauta do dia a dia. Mas eu
1210tendo um tempo eu posso trazer para o CIPAM algo mais bem estruturado com
1211relação a essa provocação de integração dos órgãos colegiados de meio ambiente e,
1212quem sabe até, uma sugestão de articulação, de estratégia, de articulação e o CIPAM
1213poderia aprovar ou pelo menos preliminarmente avaliar. Então, eu acho que um
1214segundo... Com relação a essa segunda competência, ela vem assim, cai como uma
1215luva em uma iniciativa que a Ministra Isabela já determinou que nós fizéssemos, que
1216estamos fazendo, que é braçal, é absolutamente primitivo, medieval o que nós
1217estamos fazendo, que é lendo Diário Oficial e tal, não é sistema, estamos tentando
1218montar um sistema para que caia e tal, mas de alguma forma após essa consulta que
1219eu estou fazendo a todos os ditos membros desses Conselhos, vivos ou falecidos, se
1220puderam mandar a mensagem espiritual eu vou identificar de fato quais são os
1221Conselhos, Comitês e Colégios e Comissões que estão funcionando e que estão
1222ativos. E aí os ativos nós vamos trabalhar numa proposta de integração. Com relação
1223à competência I a Adriana tem uma posição que o Conama vem estudando junto a
1224Consultoria Jurídica.

1225

1226

1227**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama/MMA)** – Nós temos
1228algumas preocupações, Miguel, inicialmente só isso. Primeiro entendendo que é
1229bastante relevante isso que você traz, é uma tarefa importante a ser feita. A
1230preocupação para nos fundamentar e não nos expor naquilo que não é mais tarefa e
1231atribuição nossa, e com isso gerar atrito e gerar margem para desgaste, é porque
1232atribuições do CIPAM estão colocadas no Decreto 99.274, elas não constam nem na
1233lei. Do Decreto até agora houve uma divergência, mudança e outros atos normativos.
1234Quando foi baixada a Lei Complementar 140, que regulamenta as competências
1235comuns, muitas daquelas coisas que estavam na CIPAM como agenda... Deixa-me só
1236ler como estava aqui. Era agenda da política, avaliar a Política Nacional do Meio
1237Ambiente e isso foi definido especificamente para cada Estado. Tem dúvida se ainda
1238resta margem para o Conama fazer não uma discussão, mas fazer realmente uma
1239avaliação, uma questão mais propositiva uma questão mais fechada. Ou se isso é
1240uma autonomia agora de cada Estado com seu Conselho Ambiental. Então, tem uma
1241margem aqui de discussão que eu acho que realmente a consulta que nós fizemos à

1242CONJUR era só quanto à Política Nacional do Meio Ambiente. Porque LC 140, eu
1243tenho um quadrinho, que enquanto o Decreto... Deixa ver só ver se eu acho isso,
1244acabei de pegar... Está aqui. Acabei de achar. Enquanto o Decreto fala que compete
1245ao Conama elaborar, aprovar e acompanhar a implementação de agenda nacional do
1246meio ambiente, a LC 140 fala que isso compete em um artigo ao Executivo e em outro
1247artigo aos Estados. Então, isso aqui eu sei que fragmentou. Quando você fala, você
1248fala uma outra coisa que pode ser bastante interessante, que pode dar muita margem
1249de discussão propositiva, que é implementação... Não. Essa daqui é que pega,
1250implementação e execução da política ambiental no País. A avaliação pode dar certo,
1251realmente são questões distintas, uma coisa é a implementação e o Conama falar
1252como falava 20 anos atrás, quer dizer, o Conselho de 30 anos a 20 anos atrás o
1253Conselho tinha uma configuração, agora tem um pouco diferente porque são
1254competências comuns. Então, o que me parece razoável, Deusdará, seria realmente
1255pegar essa contribuição relevante, fundamentar para o jurídico porque o jurídico tem
1256que responder bastante fundamentado.

1257

1258

1259**SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Eu acho que antes disso, antes de
1260levar ao jurídico, com todo respeito a você que é o causídica também, mas nós
1261precisamos ter um entendimento nosso. Eu acho que teria que divulgar entre os
1262membros dos Comitês, porque como foi uma proposta intempestiva, você concorda
1263com isso, não é Miguel?

1264

1265

1266**SR. MIGUEL SCARCELLO (Associação SOS Amazônia)** – Desde a primeira
1267reunião eu estou comentando sobre isso.

1268

1269

1270**SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Do ponto de vista material, essa
1271proposta vocês não têm conhecimento. Eu acho que num gesto de realmente nós
1272trabalharmos em grupo e não ser meramente um Comitê, nós pegamos essa
1273proposta, analisamos, marcamos uma reunião, trazemos para a discussão,
1274consustanciamos, e se houver necessidade de alguma consulta jurídica, aí sim, mas
1275ela pelo menos vai consustanciar do ponto de vista do entendimento político e dentro
1276das atribuições que o CIPAM tem dos nossos membros aqui. O que você acha
1277Ronaldo?

1278

1279

1280**SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Me permite explicar
1281uma coisa. Dentro de Governo Federal isso já é feito. Então, só que é feito pelo
1282Ministério do Planejamento. Então, quando nós fazemos o PPA lá atrás, nós já temos
1283toda uma programação 2012/2015 e diariamente o Ministério do Planejamento vai
1284registrando o que cada programa gastou e como gastou. E nós a cada três meses,
1285nós informamos como gastou. Então, o valor gasto em cada ação e que já está escrito
1286lá atrás se a ação é uma ação de construção de estradas, se é de área ambiental, se
1287era da área agrícola e etc., isso já está escrito lá no PPA. Então, por exemplo, nós
1288Ministério da Agricultura temos ações que estão dentro da área ambiental e vice
1289versa. Então, fazer esse levantamento não precisa porque ele já existe, ele é diário. A
1290forma que foi gasta que é reescrita, a cada três meses nós temos que abrir o sistema
1291e escrever lá como e porque foi gasto. Não é preciso fazê-lo, ele já existe. Só teria

1292que ter, se fosse o caso, alguém especialista nesse sistema, baixasse o sistema e
1293informasse ao Conama “olha o Brasil Federal gastou tanto assim, assim e assado na
1294área ambiental”. Isso é relativamente fácil. Na área estadual, como de fato a lei
1295complementar ela destinou caixinhas, cada Estado agora tem a sua atribuição. Então,
1296aí é um pouquinho mais complicado, não nos cabe, um Conselho Federal solicitar ou
1297até cobrar esse tipo de informação dos Estados, pode até ser pedido. Então, o que eu
1298queria explicar é que isso já é feito, só que o Conama não tem essa ação. No
1299Ministério da Agricultura nós temos esse controle pela Assessoria de Gestão
1300Estratégica, que está direto no Gabinete do Ministro, que lá tem um especialista que
1301está baixando o programa todo dia e está cobrando internamente. “Olha, sua
1302execução está baixa, por que você não fez isso e aquilo”. Então, nós temos um
1303sistema interno, para a nossa parte no PPA e eventualmente alguém até do Ministério
1304do Meio Ambiente pode cobrar de mim, “por que o Ministério da Agricultura não fez
1305aquela ação que vocês prometeram em 2011 que iam fazer”? Isso é possível de
1306acontecer. Nosso controle interno nós temos, não sei como funciona em cada
1307Ministério.

1308

1309

1310**SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – O que o colega do Ministério da
1311Agricultura colocou também é atribuição da minha diretoria, essa questão do PPA.
1312Então, o PPA fica na Diretoria de Gestão Estratégica que eu estou dirigindo. Então, eu
1313posso trazer numa próxima reunião esse documento circular. Se essa transparência,
1314esse espelhamento do que está no PPA ligado à questão ambiental em todo e
1315qualquer Ministério, no Plano Plurianual, eu posso trazer uma informação estática.
1316Existem tais programas, existe tanto empenhado, prevê-se para 2013 isso tudo. O
1317problema é que está no âmbito da minha governabilidade, o DGE dele no Ministério
1318da Agricultura sou eu aqui, infelizmente. Entendeu? Então, nós podemos contribuir
1319com essa discussão se isso for importante. E acho que é importante para ter uma
1320visão de integração futura de política, se bem que orçamento não é tudo, mas
1321orçamento, aquilo que não está no orçamento também é preocupante não estar no
1322orçamento. Eu queria ver o encaminhamento, se vocês concordam ainda com relação
1323ao encaminhamento. Como o documento ninguém teve oportunidade de ler, como o
1324item II, como eu falei, há um acúmulo de informações que nós temos no Ministério em
1325orientação da Ministra, que pode contribuir para compor o item II que seria a
1326integração dos colegiados, e como item I um há ainda preliminarmente uma polêmica
1327da questão jurídica, mas está se colocando com outro enfoque, nós poderíamos
1328divulgar esse documento como sendo a contribuição do Conselheiro Miguel, e que
1329nós pudéssemos avaliar, analisar, contribuir, recheiar e ter uma conversa, digamos, se
1330envolver com isso como uma forma de resgatar o que o Miguel está sempre
1331pontuando, uma ação mais estratégica do CIPAM, com relação ao Conama.

1332

1333

1334**SR. PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA (Governo do Estado do**
1335**Ceará)**– Só reforçando. Concordo com o encaminhamento, mas eu reforço a posição
1336que nós temos que ter algumas decisões políticas que até antecedem todo esse
1337trabalho que, por exemplo, particularmente e aí eu não estou falando como Abema,
1338estou falando como... Eu não entendo que a LC 140 transformou o Conama no
1339COFEMA, ou seja, o fato de ter havido uma separação organizacional de
1340competências entre os entes da federação não desautoriza, ou desresponsabiliza o
1341Conama como gestor da Política Nacional de Meio Ambiente e suas repercussões nos

1342entes da federação, Estado Municípios e Distrito Federal, ou seja, ele continua sendo
1343um Conselho Nacional, ele não é um Conselho Federal. Assim como o Conselho
1344Estadual de Meio Ambiente continua sendo gestor não da política do executivo
1345estadual, mas a Política de Meio Ambiente no Estado, ou seja, aí eu concordo que
1346nós precisamos... Agora isso é a minha posição, então, concordo com a Adriana que
1347nós precisamos consolidar esse entendimento porque isso é uma preliminar. Se nós
1348entendermos que é o Conama Conselho Federal de Meio Ambiente, que ele cuida da
1349União então nós vamos nos limitar a olhar para o PPA da União. Agora, eu não acho
1350que seja esse o entendimento mais adequado, mas acho que sim, aqui o CIPAM e o
1351Conama precisam se fortalecer e estruturar porque é o que estou dizendo, à medida
1352que nós estamos desconcentrando, descentralizando e delegando competências, vai
1353restando cada vez mais importante para esse Conselho o papel de fazer o
1354monitoramento, de fazer uma gestão, uma avaliação porque o problema de fazer uma
1355avaliação nacional não é o problema de ser competência Estadual, Municipal ou
1356Federal, é o uso que você vai fazer. Eu acho que sim, o Conama não pode fazer uma
1357avaliação para intervir na política pública estadual ou municipal, porque aí sim ele
1358está... Mas para ter uma visão do que acontece nacionalmente, sim.

1359

1360

1361**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Não há dissenso no que foi
1362colocado. Quando falei do PPA Federal foi pela facilidade que nós temos aqui,
1363segundo pelo rebatimento que vários programas federais têm em execução. Mais
1364assim, acho que não há nenhum dissenso em relação a isso.

1365

1366

1367**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama/MMA)** – É porque
1368realmente eu entendi perfeitamente, a colocação do Deusdará dá um ganho muito
1369maior, é uma discussão primeiro política e depois nós caímos para o pontual de uma
1370interpretação jurídica de uma norma. Nos cabe e nós não podemos nos furtar de fazer
1371a avaliação política do que resta. Então, tanto, Paulo, já vi posições do seu lado
1372quanto posições que defendem que o Roberto Lorena estava falando e aí são visões
1373distintas, que têm que pautar as nossas ações. Independentemente disso, eu queria
1374trazer para o Miguel um notícia quanto ao PPA, a Secretaria Geral da Presidência da
1375República fez um 3º Fórum Interconselhos há uma semana atrás mais ou menos,
1376onde foram convidados membros de todos os Conselhos de Sociedade Civil. Aqui do
1377Conama nós mandamos o encaminhamento e foram cinco Conselheiros. Esses cinco
1378tiveram acesso exatamente há alguns dados que o retorno que nós obtivemos é que
1379área ambiental está difusa e um pouco solta porque é diferente de políticas um pouco
1380mais setoriais como Políticas para as Mulheres, Políticas Indigenistas, tem coisas que
1381estão mais regulamentadas há mais tempo. No caso nosso, realmente nós vamos
1382aproveitar a facilidade de ter o Deusdará como Conselheiro e como Diretor de Gestão
1383Estratégica e aí acho que podemos pegar dados da área ambiental, trazer para cá e
1384com isso avançamos independentemente do que compete, ou não nos compete, nós
1385já trazemos para o Conama dados e elementos que vão nos fazer compreender tudo
1386isso aqui, com pouquinho mais de clareza, começando pela área federal que é aquilo
1387que estamos aqui.

1388

1389

1390**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Não é para o Conama, acho que há
1391nível entre CIPAM... O entendimento formado do CIPAM, nós levamos para o Plenário

1392 porque se nós invertemos... Com todo respeito às instâncias, são dois níveis, porque
1393 senão nós pulverizamos a discussão no plenário e não avançamos. Com todo respeito
1394 aos Conselheiros.

1395

1396

1397 **A SRª. JACQUELINE VIEIRA DA SILVA (Governo do Estado de Goiás)** – Bom,
1398 primeiro agradecer a Adriana pela existência conosco, porque realmente não estava
1399 na agenda a reunião do CIPAM e até o Grator tinha combinado comigo que ele me
1400 avisaria quando ele não viesse porque ele é o titular. Mas agradecer porque realmente
1401 é muito importante para nós de Goiás estar participando, estar nesse Conselho, e
1402 dizer que eu concordo com que o Paulo colocou em relação à condução e
1403 posicionamento do Conama. E assim é que nós vemos também o nosso Conselho lá,
1404 o Conselho Estadual nosso de Meio Ambiente, temos conduzido dessa forma para
1405 que realmente ele seja o mensageiro de Política Ambiental, discuta isso no Estado em
1406 que vocês todos sabem todas as dificuldades que nós enfrentamos. Temos trabalhado
1407 muito para diminuir a polarização dentro do Estado e para que possamos realmente
1408 construir a nossa Política Ambiental no Estado de Goiás. E cumprimentar o Miguel
1409 porque acho que tudo que ele traz fomenta uma discussão importante, tanto para o
1410 CIPAM tanto para o Conama e, sobretudo, para a política ambiental. Concordo
1411 plenamente com que ele traz e as considerações também feitas, mas é porque nós
1412 vivemos uma situação realmente muito desconfortável em relação ao cerrado, ao
1413 nosso bioma no Estado e nós temos procurado construir dentro da Secretaria hoje
1414 uma discussão mais madura em relação à preservação do bioma, isso não é fácil,
1415 mas nós temos feito isso e acho que todas essas discussões vêm contribuir muito
1416 para que nós construamos e estabeleçamos realmente a política de preservação
1417 desse bioma, que nós estamos aí com uma PEC que nós sabemos que existe forças
1418 acima disso, que nunca é regulamentada e que o que faz hoje com a mata branca e
1419 com o bioma cerrado, nós temos que estar junto para que realmente consigamos
1420 fazer essa preservação aí.

1421

1422

1423 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (Associação SOS Amazônia)** – De fato eu trouxe aqui
1424 porque eu quero provocar meus colegas de CIPAM, está ali, nós vimos ali o
1425 Regimento, a Doutora Adriana apresentou, fez essa argumentação agora no aspecto
1426 jurídico, que eu acho que ainda é pertinente, a nossa função, o nosso papel ainda
1427 está claro, o nosso Regimento estabelece isso. Então, a provocação é para saber se
1428 vamos pautar isso ou não. Estou levando a entendimento que sim, eu já vi que têm
1429 caminhos para que nós avaliemos ao menos no âmbito das políticas ambientais de
1430 governo. O PPA tem já mecanismos de acompanhamento e avaliação que podem ser
1431 um bom... Podem trazer informações interessantes para nós chegarmos a um grau de
1432 avaliação nesse aspecto de políticas de Governo. Eu insisto que nós avancemos
1433 nisso. Eu acho que vai ser impossível para mim porque o meu mandato está
1434 acabando aqui, eu creio que não volto para o próximo mandato, para que ao menos a
1435 próxima reunião do CIPAM isso seja mantido, que eu acho um exercício
1436 extremamente oportuno porque nós podemos passar a ter uma visão geral, mais
1437 ampliada da situação no País. E para a Sociedade Civil é muito importante que
1438 aconteça ao menos no ambiente, num espaço, no ambiente do Conama porque é
1439 muito complicado n[os levarmos essa pauta na discussão dentro do Plenário. Isso é
1440 muito difícil. Reitero aqui as reclamações que nós fazemos sempre no Plenário de não
1441 ter possibilidade de fazer isso, nós nos aproveitamos do espaço das manifestações

1442que nós chamamos de tribuna livre para anunciar problemas ambientais do País e
1443para reclamar isso, infelizmente quando a Ministra se posiciona a respeito das
1444temáticas que são diretamente ligadas à política ambiental, nunca nos é favorecido ou
1445facilitado que nós possamos ter um debate, uma discussão saudável e construtiva
1446sobre como isso tem acontecido. Então, eu creio que se isso permanecer, de fato pelo
1447que estou vendo vai ser mantido no âmbito do CIPAM, que isso chegue ao
1448aprofundamento para que possamos levar ao Plenário e até criar, estabelecer aqui na
1449agenda do Conama, eu estou entendendo agenda do Conama, pelo que estou vendo,
1450são os temas e não a programação. No caso da programação nós possamos
1451estabelecer uma das reuniões ordinárias que nós discutamos a situação dessas
1452políticas ambientais no País e que nós possamos nos posicionar e trazer as nossas
1453considerações a respeito delas. Porque as coisas entram de uma maneira muito
1454generalizada, muito pontual, sem oportunidade nenhuma, repito, sem oportunidade de
1455nos manifestarmos a respeito, e às vezes são muito mal compreendidos porque nós
1456só vimos para bater e reclamar, de fato é porque nós não temos oportunidade de
1457discutir e eu gostaria muito que isso acontecesse aqui, porque eu acho que aqui nós
1458podemos agregar parceiros, trazer outros componentes do nosso Plenário, para um
1459debate mais sadio e até um pouco mais ampliado, observando essas ferramentas de
1460controle que o poder público tem, que o Estado tem, que nós não temos facilidade de
1461acesso e nem uma compreensão fácil para ver os resultados de quanto isso está
1462sendo atingido ou não, para que nós possamos de fato interferir e dizer “olha tem que
1463melhorar aqui, tem que mudar ali,. tem que haver integração das políticas de uma
1464parte do executivo com a outra, o que não acontece”. E nós sabemos que muito disso
1465não acontece. Eu tenho exemplos concretos disso do Ministério do Desenvolvimento
1466Agrário com o Ministério do Meio Ambiente em relação às unidades de conservação e
1467aí eu acho que isso caberia uma conversa a respeito, um debate a respeito que
1468poderia sinalizar para caminhos mais efetivos e melhores resultados. E nós possamos
1469de fato contribuir de uma maneira construtiva e que as nossas críticas não sejam
1470vistas só como um grupo de pessoas que vem aqui para fazer cobranças e que de
1471fato nós tenhamos muito a colaborar. Nós estamos na ponta e sabemos o que está
1472acontecendo. Me lembro aqui agora de uma das moções que trouxemos, sobre a
1473siderúrgica lá no Rio de Janeiro e recentemente ela de novo incorreu no mesmo erro,
1474e estava havendo, nós estávamos fazendo a denúncia em defesa dos pesquisadores
1475da Fiocruz e agora, acho que mês passado, a mesma indústria incorreu no erro aqui
1476eu e lembro que o Doutor Paulo Nogueira Neto disse “tem que fechar, e tem que
1477fechar”. Então, quer dizer, foi procedente, foi oportuno, é necessário e a Sociedade
1478Civil só tem a contribuir com isso e nós queremos ver que as políticas sejam efetivas.
1479Então, eu espero que mantenhamos essa finalidade e essa responsabilidade do
1480CIPAM e nós de fato promovamos essa discussão nesse nosso espaço.

1481

1482

1483**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Vou ter que fazer um registro, até
1484dever de ofício, quer dizer, nunca, sempre fui meio que adestrado a nunca dizer
1485nunca. O que eu acho que aconteceu em determinado momento, que eu estou recém
1486voltando ao Conama, um pouco você tem razão, as questões ficaram muito pontuais.
1487Não se fala de política como um todo, fala-se de partes de políticas, quer dizer a soma
1488das partes não fecha o todo, mas eu acho que houve muitos momentos que as partes
1489foram bem discutidas. Lamento que o seu mandato estar se encerrando agora, mas o
1490nosso compromisso como CIPAM é pegar a sua versão e registrá-la como versão 1.0,
1491quer dizer, na verdade é uma versão de provocação mesmo, está solta, não está

1492ordenada a título de contribuição para que possamos nesses dois componentes que
1493você colocou avaliação, se o nome não for avaliação, acompanhamento,
1494monitoramento, integração de políticas e outro mais objetivo que seria a integração
1495dos Conselho Colegiados na área ambiental, como uma provocação. Quanto ao
1496formato futuro dessa reunião, eu até como presidente substituto eu não tenho a
1497pretensão de querer mudá-la, mas se em algum momento nós acharmos que ela deve
1498ter o momento de pauta mais formal, mas o momento... Sei lá, uma ou duas horas de
1499discussão mais aprofundada sobre determinado tema, para esclarecer um
1500encaminhamento, depende dos Conselheiros. Me parece que não haverá nenhuma
1501objeção com relação a isso, quer dizer, se precisarem demorar um pouco mais para
1502discutir um assunto como esse de hoje que poderia ter sido mais discutido se tivesse
1503chegado mais cedo. Nós poderíamos construir uma forma que vocês Conselheiros e
1504membros têm toda a liberdade para propor. Se não há mais nenhum assunto com
1505relação a esse terceiro ponto de pauta haveria, para finalizar, os informes. E com
1506relação à reunião técnica eu já sei, sobre os rumos do licenciamento ambiental, na
1507verdade está muito ousado esse título, os rumos do licenciamento ambiental.
1508Apresentação dos assuntos em pauta para a próxima reunião Plenária. Então, o item
1509um e três, INMETRO e pauta para reunião plenária.

1510

1511

1512**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama/MMA)** – O
1513INMETRO é uma discussão que nós estamos percebendo que há demanda sobre
1514isso. O INMETRO nos procurou e entre outras coisas, com muita clareza nos disse
1515que as Resoluções Conama colocam atribuições a eles, sem uma discussão prévia
1516porque eles não fazem parte do Colegiado, eles mesmos, eles são ligados ao
1517Ministério da Ciência e Tecnologia, mas enfim, é uma outra instituição com
1518características própria e regras próprias. Que nós colocamos as atribuições
1519diferentemente daquilo que legalmente eles podem fazer. E aí nós tivemos que
1520realmente reconhecer que é isso mesmo, tudo que se quer falar sobre normatização
1521se coloca como INMETRO e que valeria a pena trazê-los no momento oportuno para
1522que eles colocassem informações técnicas e se fizessem conhecer pelo Colegiado.
1523Era só essa notícia. A pauta da reunião.

1524

1525

1526**O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (Ponto Terra)** – O INMETRO é ligado
1527ao Ministério da Ciência e Tecnologia? Há um engano de vossa senhoria. (*Risos!*).

1528

1529

1530**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama/MMA)** – Percebido
1531claramente. Realmente.

1532

1533

1534**A SR^a. VANESSA ARDUINA LIMA (ANAMMA Nacional)** – Quanto as atribuições do
1535INMETRO, o que eles trariam... Eles já trariam um levantamento dizendo de quais
1536Resoluções e quais os problemas que estão tendo nas Resoluções específicas ou
1537não? Seria uma discussão em aberto? Mas eles têm esse levantamento?

1538

1539

1540**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama/MMA)** – Eles têm,
1541por exemplo, sobre a de postos e combustíveis, que o ponto foi esse, que é um

1542licenciamento ou Estadual ou já repassado em vários Estados para os Municípios, e
1543aos quais foram colocadas atribuições ali que eles dizem que realmente não é deles.
1544Então, isso eles já estão preparando, uma reformulação da nossa Resolução e aí vai
1545se dar entrada pelo minha normal. Então, esse é o pontual. O outro é mais uma
1546apresentação deles. Genérica. A pauta. Comentar agora sobre a pauta da Plenária.
1547Nós de umas duas plenárias para cá, não sei se todos observaram, nós estamos
1548convocando com um pouco mais de 15 dias de antecedência, isso ajuda na passagem
1549da Sociedade Civil que nós trazemos, o Governo Federal está com mecanismos de
1550cobrança de passagens e diárias mais rigorosas. Então, quanto mais cedo nós
1551resolvermos isso melhor é para todos. Então, nós estamos adotando um
1552procedimento de fazer a convocação com um pouquinho mais de antecedência e
1553soltar a pauta realmente com quinze dias, o que aconteceu ontem. Essa pauta,
1554coincidindo com a intenção de fazer uma reunião um pouco mais reflexiva, ela será
1555sim, não será ainda no formato mais audacioso que nós queremos trazer para as
1556pautas, que são pontos mais aprimorados, com uma discussão um pouco mais
1557arrumada para que propicie ganhos maiores. Agora, efetivamente essa pauta vai vir
1558um pouco mais reflexiva. Nós tínhamos eminência de dois assuntos de Resolução e
1559os dois encontraram barreira na jurídica. Um o que eu falei, manejo de quirópteros e o
1560outro era novas tecnologias do PROCONV. Era um assunto bastante relevante, só
1561que o entendimento final da Câmara de Assuntos Jurídicos é que aquele foco tratava
1562de relações de consumo, e relações de consumo embora tenham a interface, a
1563consequência de uma relação de consumo, seja um dano ambiental é um problema
1564ambiental, daquela maneira, era uma relação entre fabricante e consumidor, com toda
1565a cadeia intermediária. Então isso voltou para a Câmara de Origem. Nós ficamos com
1566uma Resolução apenas que é aquela pró-forma, mas que é no nível de Resolução,
1567que é o calendário para 2003, pautando e permeando tudo isso, alguns assuntos de
1568discussão e de reflexão que é ainda a questão enérgica, porque essa é uma questão
1569central para o Conselho. Então, o Secretário Gaetani compreendendo isso lá para
1570traz, já nos sinalizou com uma demanda de uma série de discussões e ações em
1571relação a isso. Então, agora quem vem é o presidente da empresa de pesquisa
1572enérgica, Maurício Tomasquim, ele vem falar sobre o Plano Decenal de Expansão de
1573Energia Elétrica, está em consulta pública e todo um reatamento nosso com a área
1574ambiental. Aí nós vamos ter também algumas discussões sobre o CAR, Cadastro
1575Ambiental Rural, Deusdará participando disso junto com a presidência do Ibama e
1576com o Secretário de Desenvolvimento e Extrativismo, e Desenvolvimento Rural, Paulo
1577Guilherme do Ministério. Tem as Metas de AICHI, que foi da COP 11, isso foi muito
1578pontuado antes da outra Plenária a necessidade de que o Conama se apropriasse do
1579que viesse da COP 11. Então, sobre as metas de AICHI nós vamos ter o próprio
1580Ministro-Chefe do Itamaraty, que é o nosso Conselheiro, que é o Paulino Neto e o
1581Secretário do MMA, Roberto Cavalcante, expondo e colocando, isso muito
1582reatamento para os Estados, mas independentemente da questão operacional
1583compreender como ficou esse marco legal. E aí temos por último, assim, temos
1584também o Serviço Florestal Brasileiro cumprindo não só uma tarefa legal, mas uma
1585coisa também muito próxima para o conselho, que é falar sobre a Gestão de Florestas
1586Públicas e o que vem acontecendo no âmbito das concessões e todas as moções que
1587estavam pautadas na plenária passada, retornam nessa cumprindo uma formalidade
1588que era dos considerandos. Então, nós estamos imaginando uma pauta de um dia,
1589com bastante discussão e reflexão nesse outro modelo que não é aquele aprova, vota
1590é, uma coisa mais interativa de discussão mesmo.

1591

1592

1593 **SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (Ponto Terra)** – O Deusdará tinha dito
1594o que o Volney ia fazer uma participação lá. Eu não vi na pauta aí.

1595

1596

1597 **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – É do CAR e do PRA. Volney e o
1598Paulo.

1599

1600

1601 **SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Conama)** – É bem pontual, mas são três
1602observações breves. Primeiro que é que não é bem na pauta, mas agora você falou
1603que a previsão de reunião de um dia, aí já fiquei um pouco preocupado porque nós
1604marcados nesse primeiro dia, dia 28 às 18h30 nós vamos lançar uma publicação de
1605boas práticas em educação ambiental e agricultura familiar. E aí eu espero que dê
1606certo porque nós marcamos assim porque o plenário do Conama são os convidados
1607nossos prioritários para esse lançamento porque vem a calhar com essa reflexão,
1608essa proposição e o tema que vai ser discutido que é PRA e o CAR.

1609

1610

1611 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama/MMA)** – A intenção
1612é exatamente isso, é fazer o anúncio como encaminhamento da Secretaria Executiva,
1613nós falamos sobre isso e fazemos o convite, fazemos o dia inteiro de reunião e as
1614pessoas permanecem lá exatamente.

1615

1616

1617 **SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Conama)** – É porque a ideia é 18h30 nós
1618fazermos esse lançamento, vai ser muito breve, a Ministra está sendo convidada, o
1619Ministro do Desenvolvimento Agrário também, quero ver se o Ministro também da
1620Agricultura também participa porque vai ter um coquetel, o Ibama oferecer um
1621coquetel também para os participantes e nós estamos esperando uma vinda de umas
162270, 80 pessoas convidadas que depois vão permanecer com dois dias de seminário.
1623Então, eu acho que vai dar certo. É legal porque as experiências são
1624predominantemente nessa área de regularização ambiental de propriedade,
1625recuperação de APP, agroecologia, enfim, muito ligado aos temas que em parte vão
1626ser tratados pelo Ibama e o Deusdará e o Paulo Guilherme. A segunda coisa é que só
1627avisar aos Conselheiros que nós estamos em um processo eleitoral aí das entidades
1628ambientalistas no Conama e só lembrando que o Miguel parece que a sua entidade
1629SOS Amazônia tem direito a reeleição e o prazo é até 19. Eu estou dizendo isso e
1630provocando o Miguel porque o Miguel tem história no Conama, ele é quase o fundador
1631do Conama, ele e o Francisco e eu quero provocar porque até o dia 19 de novembro
1632tem prazo para inscrição de candidatura. Só lembrando isso. Porque essa proposta
1633que você fez aqui, é o terceiro comentário, eu achei muito legal essa provocação que
1634fez aqui para o CIPAM, levantou realmente duas competências importantes,
1635avaliação, monitoramento da política nacional e ao mesmo tempo a integração de
1636Conselho, de colegiados, que vai além, mas assim, é muito importante assim como é
1637o fazendeiro que engorda o gado, é o jardineiro que faz o botão da flor, seria bom se
1638você pudesse ajudar a construir isso porque a lista dele é ousada, bastante
1639interessante e dá um trabalho bom para o CIPAM. Mas acho que seria legal. Eu estou
1640provocando que eu acho bom que gente experiente como você continuasse no
1641Plenário do Conama. Só isso aí o Ronaldo...

1642

1643

1644 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Você acabou de ganhar um cabo
1645 eleitoral.

1646

1647

1648 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Conama)** – Só para dizer a ele que é uma
1649 expectativa.

1650

1651

1652 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Mais algum comentário em caráter
1653 geral ou informe? Posso declarar encerrada a reunião? Agradeço a presença de todos
1654 e até a próxima. Espero que a próxima seja breve.